

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO ALTERNATIVA PARA A OBTENÇÃO
AO CRÉDITO**

ODIRLEI FARINÉA

Florianópolis, julho de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO ALTERNATIVA PARA A OBTENÇÃO
AO CRÉDITO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Odirlei Farinéa

Orientador: Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Área de Pesquisa: Cooperativismo

Palavras Chave: 1 - Cooperativismo

2 - Crédito

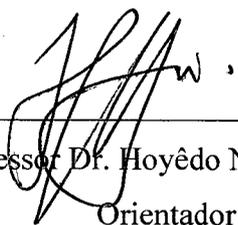
3 - Juros

Florianópolis, julho de 2003

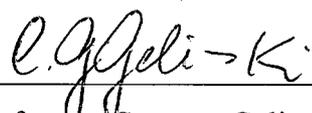
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno ODIRLEI FARINÉA, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste estudo.

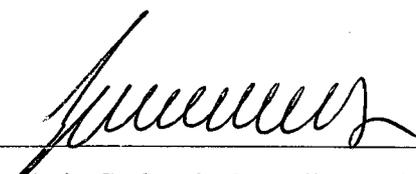
Banca Examinadora



Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Orientador



Professora Carmem Gelinski
Membro



Professor Luiz Carlos de Carvalho Junior
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao professor Hoyêdo Nunes Lins que de forma muito construtiva e inteligente, colaborou de forma preponderante para a elaboração do presente trabalho.

A UNICRED, CREDIPOM, CDL COOP e CREDISC, que de todas as maneiras colaboraram com informações, dados e esclarecimentos, sem os quais não seria possível concretizar o presente trabalho.

Aos meus pais, Osvaldo Farinéa e Emília S. Farinéa, por todo apoio e incentivo dado durante toda minha vida.

Ao meu irmão Vladinei, sem o qual, nem mesmo ingressaria na UFSC.

A todas as outras pessoas não citadas, mas que de forma direta ou indireta sempre estiveram ao meu lado, e que foram de fundamental importância.

A todos vocês, muito obrigado.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	vii
Resumo	Viii
1. O Problema e sua Relevância	09
1.1 Introdução	09
1.2 Delimitação do Problema de Pesquisa	10
1.3 Caracterização	11
1.4 Objetivos	12
1.4.1 Objetivo Geral	12
1.4.2 Objetivos Específicos	12
1.5 Hipóteses	12
2 O Problema do Crédito em Face das Mudanças na Economia Brasileira no Período Recente	14
2.1 A Importância do Crédito	14
2.2 As Taxas de Juros	19
2.3 O Plano Real e o Contexto do Crédito no Brasil	22
3 O Universo Cooperativo e as Cooperativas de Crédito	31
3.1 Questões Gerais sobre Cooperativismo	31
3.1.1 Origens do Cooperativismo	31
3.1.2 Precusores do Cooperativismo	31
3.1.3 Conceitos Básicos	33
3.1.4 Estrutura de uma Cooperativa	34
3.1.5 Direitos dos Cooperados	36
3.1.6 Deveres dos Cooperados	37

3.2 O Cooperativismo no Brasil	38
3.2.1 A Estrutura do Cooperativismo Brasileiro	39
3.2.2 Ramos do Cooperativismo Brasileiro	40
3.3 O Cooperativismo de Crédito: Aspectos Gerais	43
3.3.1 Origem e Evolução do Cooperativismo de Crédito no Brasil	43
3.3.2 O Papel dos Bancos Cooperativos	45
3.3.3 Produtos e Serviços das Cooperativas de Crédito	47
4 O Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina: Evolução Recente e Funcionamento	49
4.1 Evolução do Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina	49
4.2 Aspectos do Funcionamento das Cooperativas das Cooperativas de Crédito em Santa Catarina: Ensinamentos da Pesquisa Empírica	50
4.2.1 UNICRED	50
4.2.2 CREDPOM	53
4.2.3 CREDISC	54
4.2.4 CDL COOP	56
4.3 Pontos Comuns das Cooperativas Estudadas	58
4.4 Perspectivas para as Cooperativas de Crédito	59
5 Considerações Finais	61
5 Referências Bibliográficas	62
6 Anexos	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxas de Juros	24
Tabela 2. Vendas Industriais de Produtos Seleccionados	26
Tabela 3. Taxa Média Anual de Operações de Crédito	27
Tabela 4. Empréstimos Pessoas Físicas X Inadimplência	28
Tabela 5. O Cooperativismo Brasileiro em Números	40
Tabela 6. O Cooperativismo Brasileiro por Segmentos	42
Tabela 7. Cooperativas e Cooperados por Região	43
Tabela 8. Operações de Crédito no BANCOOB	46
Tabela 9. Documentos Compensados no BANCOOB	47
Tabela 10. Cooperativismo de Crédito Catarinense	50

RESUMO

O intuito principal deste estudo é analisar o cooperativismo de crédito como alternativa na obtenção de crédito, uma vez que, as transformações ocorridas na economia brasileira, na década de 1990, sobretudo com o advento do Plano Real, possibilitaram aos agentes econômicos avaliarem de fato qual o “custo” do dinheiro, e como a obtenção de crédito foi dificultada e encarecida para a defesa do plano de estabilização econômica, encarecimento este, provocado por uma política monetária ativa, e pelas transformações na conduta dos agentes ofertantes e demandadores de crédito no bojo da condução do plano econômico. Para tanto, analisar as transformações ocorridas na economia brasileira após o Plano Real se faz necessária, assim como a análise de algumas das variáveis que influenciam o crédito, tais como taxa de juros, estabilidade de empregos e renda. Finalmente, descrever o universo cooperativo brasileiro de um modo geral, e especificamente o cooperativismo de crédito, sobretudo em Santa Catarina, identificando como ele surge ou cresce quando das alterações na economia vivenciadas no período mencionado.

Contempla também o presente trabalho, visitas em algumas cooperativas de crédito na região da Grande Florianópolis, para possibilitar uma maior compreensão de seu funcionamento e como elas trabalham no seu dia-a-dia, suas perspectivas e metas.

Isto posto, em linhas gerais demonstra como foi conduzido o trabalho. Assim os resultados dele obtidos, se percebe claramente que as cooperativas de crédito são uma alternativa sólida para a obtenção de crédito para uma parcela significativa dos agentes econômicos, ofertando crédito com taxas de juros muito atrativas e com planos diferenciados dos observados no chamado mercado convencional de crédito (que compreende bancos e financeiras). Ainda, há que se ressaltar que as cooperativas de crédito, em muitos casos substituem perfeitamente os bancos comerciais, com um grande atrativo, pois, libertam os seus cooperados da grande maioria das tarifas cobradas por aqueles.

No entanto, seria por demais idílico, afirmar que as cooperativas de crédito são a solução para a problemática do crédito no país. Mas, é perfeitamente possível afirmar que para créditos pessoais, elas são uma sólida alternativa que surge no âmbito das transformações econômicas vivenciadas pelo país no decorrer da década de 1990.

1 – O PROBLEMA E SUA RELEVÂNCIA

1.1 Introdução

O crédito configura elemento essencial de qualquer economia, estimulando o consumo e a produção. Logo, instituições financeiras, bancárias ou não-bancárias, que difundam e promovam o crédito, têm importante papel para melhorar o funcionamento da economia. De fato, quando é distribuído de forma simples, rápida e, principalmente, barata, o crédito lubrifica e amplia substancialmente os encadeamentos econômicos.

O universo do crédito foi bastante afetado no Brasil durante os anos 1990. O cenário macroeconômico nacional modificou-se substancialmente, sobretudo após 1994, com o advento do Plano Real. Este, ao se utilizar da âncora monetária, na tentativa exitosa de conter o processo inflacionário, elevou significativamente as taxas de juros praticadas na economia. Como consequência, tornou-se mais cara a obtenção de crédito em todos os segmentos da economia, seja para a indústria, seja para os serviços ou para o consumidor final. Esse é o contexto – e ao mesmo tempo o elemento principal – da criação e/ou proliferação de cooperativas de crédito no país.

As cooperativas de crédito não são instituições novas, de um modo geral, mas passaram a ter um crescimento significativo nos últimos anos no Brasil. Conceder crédito de forma rápida, simples e com a grande virtuosidade que cerca a empresa cooperativa, ou seja, implicando a ajuda mútua, constitui um fator importantíssimo para o requerente de crédito (que no caso específico da cooperativa deve ser obrigatoriamente associado à cooperativa), já que representa acesso ao dinheiro solicitado com um custo reduzido. As cooperativas de crédito, com atuação voltada ao crédito para consumo, constituem o centro de atenção nessa monografia.

Deve-se ressaltar a escassa existência de trabalhos acadêmicos voltados para esse segmento do cooperativismo, como se percebeu já nos primeiros movimentos de exploração do tema. Isso quer dizer que a bibliografia sobre o assunto, em particular envolvendo estudos pontuais sobre o cooperativismo de crédito, é limitada. Isso impõe, inevitavelmente, a realização de pesquisa de campo, para avançar na compreensão e na avaliação da problemática das cooperativas de crédito.

1.2 Delimitação do Problema de Pesquisa

Com as transformações que a historiografia tradicional associa à Revolução Industrial, implicando a introdução aprofundada da maquinaria nas fábricas, com deslocamento de grande número de trabalhadores, a fonte de renda que provinha do trabalho fabril sofreu retrocesso. Mesmo que esse trabalho representasse extensas jornadas de trabalho, sem descanso semanal e sem condições de higiene e segurança adequadas, que denotavam o caráter precário e de intensa exploração sobre o trabalho, essa contração significou que a reprodução de sua existência ficou comprometida.

Assim, premidos pela adversidade, e seguindo o instinto de sobrevivência, os trabalhadores, na busca por meios alternativos de subsistir, criaram organizações coletivas, de ajuda mútua ou recíproca, que potencializavam as capacidades individuais. Essa forma de organização passou a se fazer presente no meio socioeconômico do século XIX em diferentes países. De fato, foi com esse espírito, o de sobrevivência, que surgiu a primeira organização cooperativa de trabalhadores, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda (Manchester – Inglaterra – 1844), que ficou conhecida como a primeira associação cooperativa. Inicialmente, essa cooperativa reunia 28 tecelões, que tentavam fugir dos intermediários e atravessadores entre a produção e venda, e sua experiência vem inspirando a atividade cooperativista do mundo inteiro desde então, instituindo inclusive as bases para os princípios das cooperativas modernas.

De fato, a cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, mas foi após 1844 que a noção de cooperativismo, ou de empresas cooperativas, materializou-se e ganhou corpo, tanto no campo da ciência como na economia real, espraiando-se num crescimento contínuo até aos dias atuais.

Como cooperativa, pode-se considerar, conforme Pinho, uma organização coletiva onde “os associados são usuários e também os empresários, no sentido de que exercem uma atividade econômica, assumindo os riscos e repartindo entre si, os ganhos ou as perdas” (Pinho, 1977, p. 21). Pode-se adotar uma outra definição, também apresentada em Pinho, para cooperativa: uma associação voluntária de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos, com igualdade de deveres e direitos, em todas as atividades da cooperativa.

Novamente em Pinho (1977) encontra-se uma outra subdivisão tipológica das cooperativas. Uma primeira modalidade refere-se a cooperativas de pessoas físicas; uma outra concerne às cooperativas de pessoas jurídicas. A primeira é resultado da união entre um ou vários grupos de indivíduos. A segunda: é o resultado da união entre cooperativas e ou entre cooperativas e pessoas jurídicas não cooperativas (ibid).

As primeiras cooperativas de crédito, figuras que se constituem no objeto de investigação deste estudo, surgiram na Europa continental. Foi dessa natureza aliás, o primeiro modelo cooperativista experimentado na Europa continental.

Em termos de classificação, cabe assinalar que ainda hoje se subdividem as cooperativas de crédito em dois segmentos: o primeiro diz respeito às cooperativas de crédito rural, que, historicamente, destinam-se a financiar pequenos e médios camponeses que tinham liberdade social e posse privada da terra, mas eram dependentes do capital de terceiros; o segundo envolve as cooperativas de crédito urbanas, criadas para assegurar o financiamento de pequenos artesãos e comerciantes que também eram dependentes de capitais de terceiros.

A pesquisa de que se trata neste estudo concentra-se em cooperativas de pessoas físicas e que atuam no segmento de crédito do tipo urbano.

1.3 Caracterização

Este trabalho de pesquisa pode ser classificado, quanto ao seu tipo, como de pesquisa “aplicada”, por utilizar desenvolvimentos teóricos para estudos empíricos sobre uma determinada realidade a ser estudada (Munhoz, 1989, p.30). Quanto à classificação com base em seus objetivos, podemos identificá-la como “descritiva”, por se utilizar de coleta de dados (Gil, 1991, p.46).

Os objetivos, geral e específicos, serão atingidos através dessa pesquisa aplicada e descritiva, a partir da aplicação de questionários em cooperativas de crédito selecionadas, bem como com base em entrevistas junto a alguns cooperados, integrantes dessas cooperativas. O estudo conjuga pesquisa bibliográfica e de campo, com utilização dos conhecimentos adquiridos no decorrer do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFSC.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Estudar o cooperativismo de crédito, caracterizando-o, examinando a sua evolução no Brasil e, por meio de estudos de caso, investigando o seu funcionamento em Santa Catarina.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) realizar pesquisa bibliográfica sobre o cooperativismo de crédito, no intuito de caracterizá-lo conceitualmente e de particularizá-lo;
- b) investigar a introdução e o crescimento dessa modalidade de cooperativismo no Brasil, procurando interpretar a sua trajetória;
- c) efetuar estudos de caso sobre cooperativismo de crédito em Santa Catarina, almejando identificar aspectos do seu “modus operandi”, do seu alcance e da sua importância frente à problemática geral do crédito no país;
- d) procurar detectar reflexos do cooperativismo de crédito, nos estudos de caso realizados, para os atores sociais envolvidos, mediante entrevistas com pessoas que participam dessas cooperativas.

2 - O PROBLEMA DO CRÉDITO EM FACE DAS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

A economia brasileira registrou transformações recentes, sobretudo no modo de condução da política econômica por parte do governo, mudanças que implicaram em alterações no comportamento dos agentes econômicos, como não poderia ser diferente.

Discorrer sobre as mudanças vivenciadas pelo país, caracterizar teoricamente o crédito, sua origem, suas funções, abordando reflexões sobre as taxas de juros, uma vez que o comportamento destas reflete-se diretamente no fluxo, na distribuição e no comportamento do crédito, é de que se ocupa o presente capítulo. Inicia-se, porém, discorrendo sobre a importância do crédito para a economia, de uma forma geral.

2.1 A Importância do Crédito.

Antes de abordar as transformações recentes ocorridas na economia brasileira, principalmente a partir de 1994, com o Plano Real, é importante tecer algumas considerações sobre a importância do crédito, de uma forma geral, e em particular para o consumo. Não se trata aqui de abordar questões como emissão de moeda, ou o complexo poder do multiplicador bancário, mas sim de uma definição objetiva do que seja crédito e de uma indicação sobre a sua função na economia.

Crédito, basicamente, significa criar condições que representem poder de compra. Conforme Schumpeter¹

¹ Joseph Alois Schumpeter, pensador austríaco nascido em fevereiro de 1883, formou-se em Direito e Economia onde ganhou mais destaque em nível mundial, falecendo em janeiro de 1950.

Vale lembrar, que para Schumpeter, apenas o empresário (empresário schumpeteriano – o responsável pelas inovações, tão logo, responsável pelos saltos qualitativos e pelo processo de desenvolvimento na economia capitalista) é merecedor de crédito, chegando a citar que o crédito para consumo não faz parte do referido processo. Nesse ponto, particularmente acredita-se que essa forma de ver de Schumpeter é problemática, pelo menos para os dias atuais, pois nota-se que a importância do crédito para consumo é elevada, caso contrário, o crédito para consumo não seria utilizado como instrumento de desenvolvimento da indústria

“a criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo (...) Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. (...) E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito.” (Schumpeter, 1985, p.74).

O ponto de partida da sua teoria sobre o desenvolvimento é o “fluxo circular em equilíbrio”, e é através do crédito que, na empresa schumpeteriana, se torna possível romper o fluxo circular e desencadear o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista.

Essa visão sobre o crédito situa-o, no plano da macroeconomia. Entretanto, a extensão para a esfera microeconômica, considerando a sua importância para o consumo, flui quase naturalmente, pois o crédito é um importante estimulador do consumo, sobretudo para bens duráveis, sendo o consumo um pilar central de qualquer sistema econômico..

Pode-se encontrar uma subdivisão do crédito em Schumpeter (1985): o crédito “normal” e o crédito “anormal”, sendo importante à distinção entre os dois.

“O crédito normal cria direitos ao dividendo social, que representam e podem ser pensados como comprovantes dos serviços prestados e da entrega prévia de bens existentes. Aquela espécie de crédito, que é designada pela opinião tradicional como anormal, também cria direitos ao produto social, que, contudo na ausência de serviços produtivos passados, só poderiam ser descritos como certificados de serviços futuros ou de bens ainda a serem produzidos.” (op. cit - p.71).

Ao que se chama crédito normal ou coberto, entende-se as operações de crédito com caução ou garantias com bens já existentes, e ao que se entende por crédito anormal ou a descoberto, tem-se o crédito sem garantias, apenas com a promessa de pagamento futuro².

Dessa forma, segue-se, para Schumpeter, que “na vida real o crédito total deve ser maior do que poderia ser, se houvesse apenas crédito totalmente coberto. A estrutura de crédito se projeta não apenas além da base existente de ouro, mas também além da base existente de mercadorias”. (Schumpeter, 1985, p. 71). Entende-se que, quando Schumpeter diz que, através do crédito se tem acesso à corrente social dos bens antes de ter direito a isso, está falando, ter acesso

² Nos dias atuais, essa modalidade de crédito, apesar de, de fato não haver entrega de mercadoria previamente existente, conta com um moderno e intrincado aparato jurídico, que cercam o credor de garantias até melhores do que se lhe fossem entregues mercadorias, já que lhe geram menos incômodos e gastos.

ao dinheiro ou ao poder de compra advindo da mercadoria ou do serviço, antes mesmo de produzi-la ou prestá-lo. O que importa reter é, sobretudo, o papel que Schumpeter reconhece no crédito como instrumento de desenvolvimento econômico.

Karl Marx³, considerado por muitos como o grande economista do século XIX, também discorreu sobre o crédito. Sobre a caracterização do crédito, em termos gerais, Marx escreve:

“Do capital global se separa agora e se autonomiza determinada parte em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em executar para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais essas operações. Assim como no caso do capital de comércio de mercadorias, parte do capital industrial, existente no processo de circulação na forma de capital monetário, se separa e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante” (Marx, 1983, p.237).

As operações que Marx se refere, dizem respeito aos “movimentos, autonomizados como função de um capital específico que os executa, e só eles, como operações que lhe são peculiares, transformam esse capital em capital de comércio de dinheiro” (ibid)

Assim, Marx dá uma pista de como emerge do próprio capital, seja do capital comercial, seja do capital industrial, ou de ambos, o crédito que se materializa na forma de capital monetário e que servirá a todos os capitalistas no processo contínuo de reprodução do capital, querendo isso dizer que, o capital encontra meios de propiciar formas de auto sustentar-se.

Marx (1983) detalha um pouco mais a sua observação dizendo que:

“a partir da circulação simples de mercadorias, se forma a função do dinheiro como meio de pagamento e, com isso, uma relação de credor e devedor entre os produtores de mercadorias e comerciantes de mercadorias. Com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que somente produz com vista à circulação, essa base naturalmente desenvolvida do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada. O dinheiro funciona aqui, em geral, apenas como meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo” (p. 301).

³ Karl Marx, é considerado por muitos o maior economista do século XIX, cuja contribuição para a Ciência Econômica se estende até aos dias atuais, e com grande poder de explicação para fenômenos econômicos do nosso cotidiano, ele nasceu em Bonn na Alemanha em 1818, e faleceu no ano de 1883.

A essas promessas de pagamentos, Marx chama de letras de câmbio, informando que elas são a própria base do sistema de crédito, como, aliás, revelam estudos históricos (cf Braudel, 1996).

A relação credor e devedor assim configurada, acaba por inibir a circulação efetiva de dinheiro em outra forma, mas impulsiona ainda mais o sistema capitalista, dando-lhe velocidade e liquidez, já que

“Até o dia de vencimento e pagamento, essas letras de cambio circulam (...) como meio de pagamento; e elas constituem o dinheiro comercial propriamente dito. À medida que, por fim, elas se anulam mutuamente por compensação entre crédito e débito, funcionam absolutamente como dinheiro (...) Assim como esses adiantamentos recíprocos dos produtores e comerciantes entre si constituem a base propriamente dita do crédito, seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, forma a base do dinheiro de crédito propriamente dito” (Marx, 1983. p. 301)

Marx (1983) salienta também um outro aspecto do sistema de crédito, ligado à evolução do capitalismo, a saber, o empréstimo de dinheiro a juro:

“Em correspondência com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, e administração do capital portador de juros ou do capital monetário, como função particular dos comerciantes de dinheiro. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário”. (p. 303).

Ao considerar essa questão, Marx tangencia o funcionamento das instituições financeiras, bem como já as caracteriza, pois:

“Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro, que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, eles concentram, perante todos os prestamistas, os mutuários, ao tomar emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, por outro lado, a centralização dos mutuários. Seu lucro consiste,

em geral, em tomar emprestado a juros mais baixos do que aqueles a que empresta.” (p. 303).

Aspectos do funcionamento da economia que possuem uma relação direta com a quantidade de crédito demandada, e que merecem ser citados, são as taxas de juros praticadas, as variações na renda e a estabilidade dos empregos. As taxas de juros serão focalizadas separadamente, no tópico posterior, tendo em vista a sua centralidade na problemática do crédito.

No que tange às variações na renda, “a priori” não há números definidos – pelo menos na economia brasileira – de qual é o comportamento das classes sociais em relação à demanda por crédito, mas pode-se deduzir que, se a renda for igual ou menor à chamada renda de subsistência, não há a possibilidade de demandar crédito, ou seja, esses indivíduos não encontrarão crédito no setor formal. Pois nesse caso sua renda não lhes permite assumir compromissos financeiros, de forma a dar segurança suficiente às instituições financeiras, num eventual empréstimo. Logo, a esses indivíduos resta é recorrer ao setor informal (agiotagem). Transparecendo que, pequenas variações, ainda que positivas na renda, pouco influenciarão na possibilidade de incluir tais indivíduos na categoria de demandadores de crédito no setor formal, necessitando de variações substanciais na renda, para incluí-los em tal categoria. Em sentido contrário, quando a renda individual ou da família é elevada, não tende a haver, em princípio, a necessidade de demandar crédito. Os indivíduos nessa situação realizam os pagamentos de suas compras no momento em que estas acontecem, sem que necessitem recorrer ao setor de crédito para efetuar suas aquisições. Cabe também assinalar que pequenas variações nas rendas individuais ou familiares pouco afetarão a demanda por crédito. Logo, teoricamente as classes de renda média-baixa e média-alta seriam as principais demandadoras de crédito.

De sua parte, a estabilidade dos empregos interfere na problemática porque, sobretudo, possibilita ao tomador de crédito prever com certo nível de segurança o seu futuro. A instabilidade do emprego cria dúvidas no consumidor, que não sabe se estará trabalhando regularmente dentro de cinco ou seis meses, e isso inibe a tomada de crédito.

Como o “crédito consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento”, como escreve Silva (1997, p.63), do ponto de vista da oferta o crédito não pode ser considerado fora do contexto da intermediação financeira. Esse contexto – de intermediação financeira – é influenciado decisivamente pelo volume de recursos disponíveis, pela adequação

de prazos entre captação e empréstimos, pela diversificação dos riscos entre os agentes ofertantes de crédito e pelo custo dessa intermediação. Para que a intermediação financeira seja possível, há que existir na sociedade, obrigatoriamente, agentes com sobras de caixa ou renda (superavitários) e agentes com necessidades de caixa ou renda (deficitários). Logo, a concessão de crédito consiste em colocar dinheiro ou outra mercadoria à disposição do demandador por determinado tempo, com promessa de pagamento futuro, tendo como “recompensa” por tal serviço uma certa taxa de juro.

De fato,

“o crédito, sem dúvida, cumpre importante papel econômico e social, a saber (a) possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade; (b) estimula o consumo influenciando na demanda; (c) ajuda as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; e (d) facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes” (Silva, 1997, p. 68).

Fica evidente que, quanto melhor e mais uniforme for distribuído o crédito, maior serão os encadeamentos positivos na economia, uma vez que possibilita transferir poder de comando sobre bens para consumo e destarte a produção e assim sucessivamente

2.2 As Taxas de Juros

As taxas de juros são uma importante ferramenta na condução da política econômica, em qualquer país. Em nível macroeconômico, as taxas de juros “balizam” a eficiência marginal do capital e, assim, condicionam a “atratividade” do investimento⁴. Por efeito, “a taxa de juros se torna vital com relação ao investimento, e o investimento é a determinante estratégica do volume do emprego” (Keynes, 1993, p. 149). Ou seja, se um investimento produtivo (construções de novas fábricas, expansão ou reforma de fábricas existentes e etc...) permite um retorno superior – aqui tomemos simplesmente como lucro - ao rendimento de uma simples aplicação financeira⁵,

⁴ Investimento, nesse caso, refere-se ao agregado macroeconômico, mas pode ser estendido para as aplicações individuais.

⁵ A expressão “simples aplicação financeira” é apenas força de expressão, pois aplicações financeiras também implicam incorrer riscos, elaborar cálculos e imobilizar por um tempo determinado (normalmente menor que um

certamente opta-se pelo investimento produtivo, caso contrário a decisão será pela aplicação financeira. É clara, portanto, a relação inversa entre taxas de juros e investimento.

O foco deste trabalho é o crédito ao consumidor, terreno em que as taxas de juros praticadas são normalmente superiores às chamadas taxas básicas da economia. Estas últimas são definidas pelo Banco Central, sendo que as primeiras são definidas ao nível de cada empresa em particular, segundo seus próprios critérios, mas obviamente, sempre observando o comportamento geral. Aqui também é evidente a relação inversa entre taxas de juros e demanda por crédito.

Pode-se trabalhar com o conceito de taxas de juros, considerando os juros como o prêmio que se paga pela obtenção de determinada quantidade de crédito⁶, por determinado tempo, para uma finalidade específica. Isso, enfocando-se o ponto de vista de um tomador de empréstimo. Quando se considera o ponto de vista de um possível poupador e futuro portador de título de crédito, ou seja, de um disponibilizador de crédito, a taxa de juros irá representar a sua “preferência” em abrir mão do poder de compra imediato que o dinheiro lhe proporciona, em troca de um poder de compra futuro, adicionado ao seu capital inicial ou sua poupança, ocasionado pela taxa de juros contratada, referente ao período dessa troca. A essa disposição Keynes chama de “preferência pela liquidez”.

Em relação a esse ponto em particular, observa-se que quanto maior a preferência por liquidez, maior deve ser a taxa de juros para superá-la Keynes (1993) coloca a questão nos seguintes termos:

“O dinheiro é procurado porque é único ativo perfeitamente líquido. Os que necessitam dinheiro por razões pessoais ou de negócios e não o possuem estão dispostos a pagar um preço por seu uso. Para que um possuidor de dinheiro abra mão das vantagens inerentes à propriedade do único ativo perfeitamente líquido é preciso pagar-lhe uma recompensa. Os juros são as recompensa que se paga por abrir mão da liquidez, ou, em termos ligeiramente diferentes, a recompensa por não entesourar. A taxa a que são pagos os juros depende da intensidade da preferência à liquidez em relação à quantidade total de dinheiro disponível para satisfazer o desejo de liquidez. Quanto mais forte for a preferência à liquidez, mais alta será a taxa dos juros; quanto maior for maior a

investimento produtivo, é bem verdade) o capital aplicado. Isso de um modo geral, pois também existem outros fatores que influenciam na decisão do investimento.

⁶ No caso específico deste trabalho, trata-se de dinheiro (papel-moeda) mas, no avançado mercado financeiro, crédito ou títulos de crédito assumem as mais diversas formas.

quantidade de dinheiro mais baixa será a taxa dos juros.....Um aumento da taxa de juros significa que se paga uma recompensa maior por não entesourar” (p.149).

Marx acentua o caráter dos juros como parte do lucro produzido pelo capital emprestado, O autor exemplifica a questão da seguinte forma:

“Suponhamos que taxa a média anual de lucro seja de 20%. Uma máquina no valor de 100 libras esterlinas, empregada como capital em condições médias e com a proporção média de inteligência e atividade adequada, proporciona então um lucro de 20 libras esterlinas. Assim, uma pessoa que dispõe de 100 libras esterlinas tem em suas mãos o poder de fazer de 100 libras esterlinas 120, ou de produzir um lucro de 20 libras esterlinas. Tem nas mãos um capital possível de 100 libras esterlinas. Se essa pessoa deixa as 100 libras esterlinas por um ano a outra, que realmente as emprega como capital, dá a esta o poder de produzir 20 libras esterlinas de lucro, mais-valia que nada lhe custa, pela qual não paga equivalente. Se ao final do ano essa pessoa pagar ao proprietário das 100 libras esterlinas uma soma de talvez 5 libras esterlinas, isto é, parte do lucro produzido, então paga com isso o valor de uso da 100 libras esterlinas, o valor de uso de sua função-capital, a função de produzir 20 libras esterlinas de lucro. A parte do lucro que lhe paga chama-se juro, o que portanto nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital.” (Marx, 1983, p.255-256).

Pode-se deduzir da definição dada por Marx aos juros, que a relação entre um capitalista possuidor de dinheiro “prestamista” e o capitalista tomador desse dinheiro “mutuário”, é a relação definida pelo valor de uso do dinheiro. O valor de uso confere ao capitalista mutuário a possibilidade de transformar um capital inicial que toma emprestado e aplica produtivamente num capital final acrescido de “mais valia”, da qual ele, o mutuário, no final do processo, tem de abrir mão de uma parte e entregar ao prestamista, juntamente com o dinheiro inicialmente tomado por empréstimo.

Schumpeter explora seara semelhante à privilegiada por Marx, no que concerne aos juros, ao considerar que o empresário é o merecedor de crédito por excelência, conforme mencionado anteriormente. Portanto, o empresário é o principal agente pagador de juros. Com efeito,

“o problema central, de cuja solução depende a compreensão do fenômeno do juro, reside certamente no lucro dos negócios; contudo não porque o lucro nos negócios seja em si o verdadeiro juro, mas porque sua existência é um pré-requisito do pagamento do juro produtivo. Finalmente, o empresário é certamente a pessoa mais importante em toda a questão; não, todavia, porque seja o auferidor verdadeiro, original, típico de juros, mas porque é o típico pagante de juros.” (Schumpeter, 1985, p. 121)

Fica evidente a importância dos juros na sociedade capitalista, seja na produção, seja na circulação de mercadorias e serviços. Tal como observado anteriormente, o entendimento sobre a relação inversa entre taxas de juros e investimentos pode ser ampliado para a relação inversa entre o nível de tomada de empréstimos e as taxas de juros praticadas. Quanto mais caro se torna o acesso ao dinheiro (taxas de juros mais elevadas), menor tende a ser o interesse das pessoas em demandar crédito, e menor será o número de pessoas com capacidades suficientes para absorver taxas mais elevadas de juros.

2.3 O Plano Real⁷ e o Contexto do Crédito no Brasil

O Brasil amargou um inquietante processo inflacionário desde o final dos anos 70, pelo menos. O problema revelou-se crescente, até que, em meados da década de 80, tornou-se uma das principais – senão a principal – debilidades da economia. Já nesse período a inflação revelou-se um processo inercial⁸, mostrando-se pouco conseqüentes as várias tentativas e planos de estabilização protagonizados pelo governo federal. Não há dúvida de que se tornaram cada vez mais agudos os problemas causados pelo processo inflacionário⁹.

⁷ Não é objetivo deste trabalho apontar virtudes ou falhas e defeitos do Plano Real. É importante, no entanto, chamar a atenção para o que isso significa, pois os efeitos do plano definiram novos rumos e modificaram a economia brasileira, de alguma forma influenciando também o crédito ao consumidor, aspecto central do presente trabalho.

⁸ Processo inercial, pois não responde às intervenções do governo, uma vez que, os agentes econômicos passam a ignorar a sinalização do Estado e engajam-se em processo quase que mecânico de remarcação dos preços.

⁹ Em nível macroeconômico, o principal problema causado pela inflação é a impossibilidade de permitir aos agentes econômicos realizar planos de investimentos e ação com prazos longos, o que interfere no dinamismo e crescimento da economia. Já em nível microeconômico, a inflação torna-se um processo perverso como mecanismo transferidor de renda, normalmente atingindo o consumidor final e as classes menos favorecidas economicamente, que são alijadas de uma parcela significativa do mercado de consumo e do mercado financeiro, impossibilitando-os de se defender da inflação. (grifo meu)

Concebido e implementado na esteira de numerosas tentativas de debelar a inflação, o Plano Real, introduzido em fevereiro de 1994, recebeu o seguinte comentário de Tavares (1998):

“A originalidade do Plano Real em relação aos demais planos de estabilização latino-americanos residiu na indexação diária dos salários, câmbio, preços no varejo e contratos, provocando uma hiperinflação programada com a coexistência de duas moedas: a moeda velha deliberadamente desvalorizada e uma moeda de conta, a URV” (p. 105-106).

Para Bacha (1998),

“O Plano Real foi um programa de estabilização preanunciado em três estágios (...). O primeiro estágio era um mecanismo de equilíbrio orçamentário. O segundo introduzia uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia. O terceiro estabelecia a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país, a uma taxa de paridade semi-fixa com o dólar” (p. 18).

A equipe econômica montada para elaborar o Plano Real, desenhou uma estratégia para atacar frontalmente o processo inflacionário. O objetivo, entre outros, era recuperar totalmente as funções da moeda, não só como meio de transação, mas também o de padrão de preços e de reserva de valor.

Para tanto, o plano contava, como base de sustentabilidade, com a âncora cambial¹⁰ em articulação com uma política monetária mais atuante, além de abertura financeira e comercial¹¹. Além disso, contava-se com o desdobramento do processo de privatizações em curso no país. No que diz respeito à política monetária, ela recaía sobretudo na elevação das taxas de juros, já que, no que se refere ao ponto de sustentação, ou seja, a âncora cambial, a sua plena manutenção, ou mesmo o seu funcionamento, necessitava de um aporte de recursos financeiros externos. Segundo Carneiro (2000) “dada a demora dos processos de mudança da propriedade decorrentes das

¹⁰ A âncora cambial se torna um indexador da economia, baseando a correção interna dos preços relativos dos bens (principalmente os comercializáveis), em relação à uma moeda internacional, mantendo o valor dos bens e da riqueza.

¹¹ Em se tratando de abertura financeira e comercial, essas não são frutos do Plano Real, pois já estavam em processo adiantado, uma vez que iniciaram-se no governo Collor, com a tentativa frustrada de conter a inflação nos dois planos criados em seus mandatos.

privatizações, os fluxos líquidos elevados exigiam um alto diferencial de rentabilidade na nova moeda. Ou seja, altas taxas de juros na moeda doméstica” (p.114).

Outro ponto importante, e que deve ser salientado, é que o Plano Real conseguiu quase que de imediato uma elevação real dos salários, principalmente para as classes mais pobres. Isso resultou de dois grandes fatores: primeiro, o fim da inflação, cujo reflexo foi uma transferência de renda; segundo, o achatamento dos preços da chamada cesta básica de alimentos.

Outro fator, já mencionado anteriormente, mas que merece mais destaque tendo em vista a importância para o assunto desta monografia, foi a possibilidade dos consumidores preverem a sua renda e o comportamento dos preços. Isso ficou explicitado já no início do plano de estabilização, talvez não no primeiro mês, mas certamente já no segundo.

Tabela 1 – Taxas de juros. (Selic)

Período	Taxas Nominais (%) a.a.
1994 Agosto	61,96
Setembro	57,06
Outubro	53,26
Novembro	61,45
Dezembro	56,40
1995 Janeiro	48,96
Fevereiro	46,83
Março	65,01
Abril	64,88
Maiο	64,74
Junho	60,84
Julho	60,53

Fonte : Banco Central do Brasil: Boletim Mensal

No entanto, um acréscimo significativo e demasiadamente rápido no consumo poria em risco toda a estratégia montada para estabilizar os preços. Logo, nos primeiros meses de vigência do plano, a “gestão” das taxas de juros obedeceu a dois propósitos independentes: o primeiro,

conjuntamente com a apreciação do câmbio, era permitir um bônus cambial importante na garantia da atração dos fluxos externos de capitais; o segundo era inibir um acréscimo exagerado da demanda agregada, que representava risco de retorno da inflação. O resultado da preocupação do governo com essas questões traduziu-se em taxas de juros bastante elevadas, conforme pode ser observado na tabela 1

De todo modo, a economia registrou ampliação do consumo. Para Carneiro (2000).

“acrécimo do consumo ocorreu em todos os tipos de bens mas foi particularmente grande nos bens duráveis e mais ainda naqueles de maior valor unitário (...) Isto decorreu de dois fatores distintos mas interdependentes: do acréscimo do salário médio e da massa salarial e da grande expansão do crédito pessoal” (p. 126)

A observação da tabela 2 permite confirmar essa afirmação, fica sugerida igualmente a confirmação da idéia de que houve a possibilidade dos consumidores preverem a manutenção dos preços e da sua renda.

O aumento do consumo, para Carneiro (2000) “se explica pela maior propensão ao endividamento das famílias que resultou tanto da estabilidade que possibilitou calcular o valor dos compromissos financeiros, quanto do crescimento da renda e da ocupação e portanto da confiança em assumir esses encargos” (p.126). Nesse ponto, em particular, havia a possibilidade de os agentes individuais ajustarem seus orçamentos domésticos de modo a efetuarem compras parceladas de bens de consumo duráveis, entre outros. No entanto, esse aumento no consumo teve de ser coibido, e poderia ser feito, como o foi, através do encarecimento do crédito via elevação das taxas de juros.

Desse modo, para explicar o aumento do crédito, além da propensão ao endividamento possibilitado pela estabilidade de preços e dos empregos, cabe assinalar, segundo Carneiro (2000), que,

“o aumento do crédito, sobretudo crédito pessoal dirigido ao financiamento dos bens duráveis, foi produto também da mudança das estratégias bancárias. A perda da fonte de lucro oriunda da gestão da moeda indexada – *floating* e arbitragem de taxas – levou os bancos a apostarem no crédito como nova origem dos lucros” (p.127)

O crédito ao qual se refere o autor é o crédito pessoal. Ou seja, com o fim do processo inflacionário, foi tirada dos bancos uma importante fonte de lucro ocasionada pela inflação, e estes por sua vez, enxergaram no crédito pessoal uma possibilidade de suprir tal perda de lucro.

A junção desses fatores, propensão ao endividamento e expansão do crédito aos consumidores, acabou por refletir em aumento no consumo de bens duráveis. No entanto, é certo argumentar que esse crescimento ficou muito abaixo do que poderia ser. Ou seja, o aumento no consumo de bens duráveis só não foi maior por ter sido coibido o crédito pelo governo via taxas de juros.

Tabela 2 – Vendas industriais de produtos selecionados (Unidades)

Período	Refrigeradores	Lavadoras	Fogões	TV a cores
1994 Mai	160.233	43.202	225.083	492.904
Jun	168.706	42.225	209.042	485.481
Jul	171.730	58.589	250.754	431.968
Ago	233.654	66.708	363.014	512.497
Set	251.172	74.765	316.472	464.617
Out	255.832	72.499	331.435	448.606
Nov	244.333	69.432	312.130	428.610
Dez	204.374	63.339	351.772	347.545
1995 Jan	231.318	50.646	349.070	341.649
Fev	200.623	57.307	309.084	371.106
Mar	255.939	60.747	330.372	428.629
Abr	228.047	68.944	315.706	476.096

Fonte: Banco Central do Brasil: Boletim Mensal (Vários Números).

Conforme já afirmado, um aumento exagerado no consumo não estava nos planos dos elaboradores do Plano Real, levando o governo a impor restrições.

“De todo modo, embora as restrições não tenham impedido o aumento do crédito elas o encareceram substancialmente. Esta foi aliás uma importante restrição à continuidade da expansão, que aparece no crescente índice de inadimplência e no conseqüente racionamento do crédito por parte dos bancos”(Carneiro, 2000. p. 127).

De fato, como já indicado anteriormente, as taxas de crédito para empréstimo ao consumidor são normalmente mais elevadas do que as demais taxas praticadas na economia, como se pode ver na tabela 3.

Tabela 3 – Taxa média anual de operações de crédito (crédito pessoal) – IGP-DI

Período	Taxas de Crédito Pessoal (% a.a).	IGP-DI (% a. m)
1994 Ago	188,07	3,34
Set	199,38	1,55
Out	211,65	2,55
Nov	226,58	2,47
Dez	218,26	0,57
1995 Jan	214,78	1,36
Fev	221,93	1,15
Mar	235,07	1,81
Abr	251,70	2,30
Mai	230,54	0,40
Jun	220,07	2,62
Jul	209,37	2,24
Ago	210,61	1,29
Set	205,59	-1,08
Out	197,39	0,23

Fonte : Banco Central do Brasil - DEPEC

Ao se comparar o comportamento das taxas de juros para crédito pessoal e o comportamento das taxas básicas da economia, numa breve observação das tabelas 1 e 3, certamente se verá a diferença existente entre as referidas taxas. Bem como, transparece nitidamente, ao se comparar as taxas de crédito pessoal com os índices de preços na própria tabela 3, um ganho real, obtido com a atividade de crédito pessoal, extremamente elevado, garantindo alta rentabilidade financeira - obviamente para as empresas que atuam como

ofertantes de crédito - tanto na compra de títulos federais que são remunerados pelas taxas básicas (tabela 1), mas principalmente, com a atividade de crédito pessoal.

Tabela 4 – Empréstimos Pessoas Físicas X Inadimplência (R\$ milhões)

Período	Empréstimos Pessoas Físicas	Créditos em Atraso e em Liquidação (*)	% de inadimplência (Créditos em Atraso / Empréstimos) (**)
1994 Jul	7.340	N.d.	
Ago	9.940	N.d.	
Set	12.553	520	4,14
Out	14.019	543	3,87
Nov	14.394	594	4,13
Dez	15.005	653	4,35
1995 Jan	15.506	760	4,90
Fev	14.844	851	5,73
Mar	15.614	1.076	6,89
Abr	15.757	1.330	8,44
Mai	16.184	1.567	9,68
Jun	15.958	1.746	10,94
Jul	15.756	2.097	13,31
Ago	15.480	2.490	16,09
Set	15.326	2.599	16,96
Out	15.508	2.893	18,65

Fonte: Banco Central do Brasil: Boletim Mensal (Vários Números)

(*) Não inclui créditos em liquidação de três instituições financeiras.

(**) Elaboração do autor.

No entanto, ainda observa-se um crescimento nominal nas tomadas de empréstimos por parte de pessoas físicas (Tabela 4), que, na euforia da estabilização, estavam mais propensas ao endividamento pelos motivos já descritos anteriormente. Porém, esse endividamento gerou um

nível de inadimplência¹² considerável (Tabela 4), que levou os bancos, que tinham passado a apostar no crédito pessoal como estratégia de nova fonte de lucro, a rever suas estratégias de concessões, racionalizando e diminuindo os níveis de risco nas concessões de crédito.

São claras, portanto, as mudanças ocasionadas pelo Plano Real no sistema financeiro como um todo e o modo como isso refletiu nas taxas de juros para crédito aos consumidores, assim como no comportamento dos mesmos. A elevação das taxas de juros para crédito ao consumidor, conforme já citado, foi um dos modos pelos quais o governo interviu, diminuindo a euforia no endividamento individual. Já o nível de inadimplência que se observa na Tabela 4 indica a existência de uma relação direta entre taxas de juros e nível de inadimplência, podendo-se convir que índices de mais de 10% de créditos em atraso acabam por se tornar um problema tanto para instituições financeiras, quanto para os agentes individuais.

Para as instituições financeiras, fica a dificuldade de recuperar parte de seus recursos aplicados, ainda que na Tabela 4 não estejam inclusos os créditos em liquidação de três instituições financeiras¹³, o que acaba por diminuir os níveis de inadimplência e, de certa forma, mascara os dados (porém, tal informação corrobora ainda mais a afirmação de que taxas de juros e inadimplência têm uma relação direta). No que diz respeito aos agentes individuais, que não conseguiram adimplir seus pagamentos em dia, além de já terem incorrido em elevadas taxas, fica também a restrição de ter o seu cadastro incluso no banco de dados de maus pagadores, com as conseqüências daí decorrentes.

Daí retoma-se a questão central do objeto de estudo da presente monografia, tendo em vista as taxas de juros para empréstimos em níveis elevadíssimos (Tabela 3). Pegue-se, por exemplo, o caso de uma pessoa que toma um empréstimo de R\$ 1.000,00 para pagamento em 12 vezes, pagando mensalmente, adotando a taxa de abril de 1995 (251,70% a.a.). Ela pagaria no final do empréstimo mais de R\$ 1.800,00, o que significa um acréscimo de mais de 80 % sobre o

¹² O BACEN toma como indicador de inadimplência, a soma da participação dos créditos em atraso e em liquidação no total das operações de crédito. Em geral, consideram-se créditos em atraso, as operações vencidas há mais de 60 dias. Já os créditos em liquidação são as operações vencidas há mais de 180 dias com garantias consideradas insuficientes e há mais de 360 dias com garantias suficientes (Resolução nº 1.748, de 30.08.90)

Já no que diz respeito ao mercado de crédito, este considera índices entre 4 a 5% como níveis “bons” de inadimplência

¹³ Informação não disponível, sobre quais as instituições e qual o volume de créditos em liquidação que não foram informados/divulgados pelos Boletins do Banco Central.

valor tomado de empréstimo. Aliando a isso, ocorreu uma revisão nas estratégias de parte do setor formal de crédito, para reduzir seus riscos.

Logo, a busca por meios alternativos que suprissem as necessidades de créditos, está longe de ser algo desprovido de fundamento ou de sentido. Dentre os meios alternativos para lubrificar a distribuição do crédito emergiram as cooperativas de crédito, instaladas como forma de suprir as necessidades de uma grande parcela da população.

3 - O UNIVERSO COOPERATIVO E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Neste terceiro capítulo do trabalho objetiva-se descrever o universo cooperativo, suas conexões, ramificações, além de conceituá-lo teoricamente, com suas noções principais, após o que se fará uma abordagem mais aprofundada sobre as cooperativas de crédito. Porém, antes de falar especificamente sobre as cooperativas de crédito, faz-se necessário descrever o universo no qual elas estão inseridas, e também mostrar como elas estão organizadas no país, para que se possa alcançar uma melhor compreensão sobre o tema da monografia.

3.1 Questões Gerais sobre Cooperativismo

3.1.1 Origens do Cooperativismo

O cooperativismo, visto como modo de comportamento de indivíduos, representa iniciativa baseada na ajuda mútua. Precisar a sua origem não é tarefa fácil, uma vez que a cooperação sempre esteve presente nas sociedades humanas. De acordo com Holyoake (1972), os povos antigos já experimentavam a cooperação na luta pela sobrevivência, seja na caça, na pesca e até mesmo na habitação. Há relatos que indicam que na Babilônia, na China, no Egito e na Grécia antiga já existiam formas bem definidas de cooperação.

Pode-se tomar como exemplo, de acordo com OCESC (1996), nas águas do rio Yang-Tsé, na China, cerca de 400 anos a.C., a reação de comerciantes da época, que sofriam com certa frequência prejuízos pelos naufrágios que ali ocorriam. Como forma de diminuir o problema, passaram a organizar grupos de vários barcos pertencentes a diversos comerciantes, de modo a levar em cada barco uma caixa de mercadoria de cada comerciante. Assim, quando da ocorrência de naufrágio, as perdas eram divididas entre todos os que participavam do grupo, evitando que apenas um indivíduo incorresse em grandes prejuízos e sofresse privações durante muito tempo.

3.1.2 Precusores do Cooperativismo

O cooperativismo da era contemporânea é fruto de iniciativas de grupos sociais que eram atingidos direta ou indiretamente pelas grandes transformações da sociedade de que faziam parte. Entre esses membros da sociedade que contribuíram para o desenvolvimento do cooperativismo estão pensadores da época, trabalhadores, e magistrados locais, entre outros.

Com as rápidas transformações da sociedade em curso, esses grupos sociais passam a se mobilizar para mitigar tal situação. O objetivo era encontrar formas de organizar de modo mais justo, tanto o trabalho quanto a produção, conduzindo a reformulações comunitárias, na busca de maior felicidade e de bem-estar individual e coletivo, de modo a minimizar as agruras sofridas por grande parte da população da época. Merecem destaque como precursores do cooperativismo moderno:

- a) Robert Owen¹⁴ (1771 - 1858);
- b) Charles Fourier (1772 – 1837);
- c) William King (1786 – 1865);
- d) Philippe Buchez (1796 – 1865) e;
- e) Louis Blanc (1812 – 1882).

Foi com os efeitos da revolução industrial que as organizações coletivas baseadas na ajuda mútua passaram a figurar de modo permanente e atuante no meio econômico e social, já que até então sua atuação restringia-se a pequenas vilas e povoados, sem grandes aspirações. Para Pinho (1977),

“a importância da reação cooperativista, (...) deve ser compreendida no quadro de uma atividade econômica que se caracterizava, no início do século XIX, pela concorrência desenfreada de pequenas unidades de produção, pela gravidade das repercussões negativas da Revolução Industrial no meio operário, por crises cíclicas que agravavam as condições de vida dos trabalhadores, pela ausência de legislação

¹⁴ Robert Owen, inglês, filho de artesão, é considerado pai do cooperativismo moderno, realizou uma das primeiras experiências cooperativas, quando da organização em New Lanark (Escócia) de uma fábrica têxtil em que os resultados eram divididos entre os trabalhadores, além de inovar, na forma de administrar, reduzindo jornada de trabalho, não empregando crianças menores de 10 anos entre outros aspectos de benefícios aos trabalhadores.

trabalhista e previdenciária, pela proibição de qualquer forma de associação de defesa profissional etc” (p. 71).

É nesse contexto de dificuldades extremas para os trabalhadores que surgem as cooperativas ou associações baseadas na ajuda mútua.

3.1.3 Conceitos Básicos

Identificar alguns conceitos auxilia a percepção sobre o universo cooperativo. Os conceitos abaixo, foram obtidos em Drimer e Drimer (1981), Pinho (1977), OCESC (1996). Sua apresentação ajudará a sintonizar e melhorar a compreensão do cooperativismo.

Cooperar

Pode-se designar como cooperar a ação conjunta de vários indivíduos, instituições ou até mesmo empresas, para um fim específico, mas em que o resultado seja desejado por todos. Deriva etimologicamente do latim “*cooperari*” que, grosso modo, significa trabalho conjunto.

Cooperação

Método pelo qual indivíduos, famílias, empresas ou instituições com interesses comuns constituem um determinado empreendimento. Neste, o direito e os deveres de todos são iguais, e o resultado atingido é dividido apenas entre os integrantes, numa proporção definida entre eles ou então de acordo com a participação societária de cada membro integrante da atividade.

Cooperativismo

Este é um conceito específico ao universo cooperativo, enquanto os anteriores são mais gerais e podem ser aplicados em qualquer segmento da sociedade. O cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude que considera as cooperativas como a forma ideal de organizar as atividades sociais e econômicas da humanidade.

Cooperado

Outro conceito específico, “cooperado” designa o trabalhador rural, o trabalhador urbano ou outro profissional de qualquer atividade sócio-econômica, que constituem membros participantes de uma cooperativa, observando e cumprindo seus direitos e deveres. O cooperado é dono e usuário da sociedade e, para tanto, ele, além de responsável pela execução de todos os atos e pela conservação dos objetivos estabelecidos por todos, precisa definir claramente como devem ser prestados os serviços que a ele se destinam, quando da existência de atribuições específicas a um cooperado, ou a uma comissão de cooperados dentro da cooperativa. O cooperado, organizado em comitês ou comissões, deve contribuir para que todas as decisões sejam corretas e representativas da vontade da maioria, pela administração da sociedade.

Cooperativa

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) – órgão máximo de representatividade do cooperativismo - trabalha com o seguinte conceito de cooperativa:

“Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”

De acordo com Pinho (1977), as cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

3.1.4 Estrutura de uma Cooperativa

As cooperativas, de um modo geral, obedecem ou possuem uma estrutura relativamente parecida, com pequenas variações de cooperativa para cooperativa, mas variações que não chegam a configurar tipo de estrutura diferente do desenho básico. Essa estrutura emerge de uma estrutura mínima exigida por lei, para que funcionem dentro dos princípios cooperativistas e sejam enquadradas como empresas cooperativas. Abaixo encontram-se os principais componentes da estrutura básica de uma cooperativa.

a) Assembléia Geral

A Assembléia Geral é o órgão máximo da cooperativa e é, dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, onde são tomadas todas as decisões de importância para a cooperativa. Dela participam todos os associados, com direito a voto. No caso dos associados ausentes, as decisões tomadas na Assembléia se estendem a eles, pois os mesmos abdicaram do direito de manifestar sua vontade. Além dos ausentes, as decisões da Assembléia englobam também aqueles que participaram porém são discordantes de tal decisão.

Além da responsabilidade individual, o cooperado tem também o dever coletivo que se materializa na realização da Assembléia Geral e nas decisões nela tomadas.

Há dois tipos de Assembléia Geral. Um refere-se à Assembléia Geral Ordinária (AGO), realizada obrigatoriamente uma vez por ano, sempre após o encerramento do exercício social da sociedade – normalmente o exercício social tem a duração de 12 meses, por isso também é chamado de ano social –, em período que não pode ultrapassar 3 meses. Na AGO realiza-se a prestação de contas do exercício social anterior, demonstrando resultados, relatórios e outros assuntos do exercício passado, e também a definição dos planos para execução no ano social que se inicia, bem como, se delibera sobre a destinação das sobras, caso elas ocorram. É ainda na AGO que são eleitos os Conselhos de Administração e Fiscal, responsáveis pela execução dos planos traçados na AGO.

O segundo tipo de Assembléia Geral é a Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada sempre que há necessidade, quando surge assunto que supere a competência dos Conselhos de Administração e/ou do Conselho Fiscal, ou ainda cuja importância seja elevada para todos os cooperados e que necessite a anuência ou discordância da maioria dos associados. Entre tais assuntos podem figurar, por exemplo, o desmembramento da cooperativa, a incorporação de outra, ou, até mesmo, sua própria dissolução.

b) Conselho de Administração

A ele cabe a responsabilidade de administrar a cooperativa no seu dia-a-dia, de levar adiante as decisões das Assembleias Gerais (Ordinária ou Extraordinária), bem como defender os interesses de todos os cooperados, representando legal e juridicamente a Cooperativa perante toda a sociedade. É composto por membros associados à cooperativa e que são eleitos ou reeleitos na AGO, com seu mandato determinado de acordo com as definições do Estatuto Social. A partir dele serão eleitos, por seus próprios integrantes, o Presidente e os diretores Financeiro e

Administrativo da cooperativa. Normalmente, os membros do Conselho de Administração recebem remuneração para desempenhar essa função, em montante definido pela Assembléia Geral Ordinária.

c) Conselho Fiscal

É um órgão de relativa independência na estrutura da cooperativa, com membros também eleitos pela AGO. Normalmente é composto por 6 (seis) pessoas, sendo três membros efetivos e três membros suplentes, todos associados à cooperativa. Sua atribuição é fiscalizar o Conselho de Administração na execução do comando da cooperativa, evitando com isso problemas que possam comprometer o seu funcionamento e viabilidade.

d) Comitês Específicos

Esses comitês são responsáveis por atividades específicas dentro da cooperativa, tais como organizar eventos entre os cooperados ou promover a discussão mais aprofundada de um tema cujo interesse seja relevante para a cooperativa. Normalmente não há um número pré-determinado de cooperados para integrar esses comitês, procura-se compô-los de forma a abrigar os associados com maior afinidade ou conhecimento em relação ao assunto ou trabalho para qual se dispõem o Comitê.

3.1.5 Direitos dos Cooperados

Os direitos dos cooperados, relacionados abaixo, são apenas uma indicação geral, pois cada cooperativa tem liberdade e autonomia para definir suas diretrizes, bem como direitos e obrigações. Alguns dos principais direitos são:

- Votar e ser votado para os diversos cargos da cooperativa (administrativos, fiscais e ou conselhos);
- Receber retorno proporcional à sua participação na sociedade, ao final do exercício;
- Frequentar Assembléias e decidir através do voto os assuntos de interesse da cooperativa;

- Opinar e defender suas opiniões;
- Propor medidas que beneficiem a cooperativa e os cooperados;
- Participar de todas as atividades complementares da cooperativa (sociais, educativas e ou culturais);
- Ser usuário de qualquer serviço oferecido pela cooperativa;
- Obter relatórios, demonstrativos e balanços financeiros antes da realização das Assembléias;
- Auditar livros fiscais e financeiros e todos os documentos da cooperativa, bem como solicitar esclarecimento dos dirigentes ou funcionários, quando necessário;
- Convocar Assembléia, obedecendo ao estatuto da cooperativa;
- Desligar-se da sociedade e receber seu capital, proporcional à sua participação e obedecendo ao Estatuto Social.

3.1.6 Deveres dos Cooperados

Da mesma forma como se procede em relação aos direitos, somente indicam-se, a seguir, os deveres ou as obrigações, dos cooperados. Estes podem não aparecer em todas as cooperativas, uma vez que é através da elaboração ou alteração do estatuto social, aprovado em Assembléia Geral por todos os cooperados, que são definidos os deveres. Algumas das principais obrigações são:

- Votar nas eleições da cooperativa;
- Participar das Assembléias e respeitar as decisões tomadas democraticamente através do voto;
- Discutir idéias e decidir por votação os projetos e metas da cooperativa;
- Trabalhar pelo interesse comum da coletividade;
- Zelar pela autonomia da sociedade;
- Denunciar falhas e procedimentos inadequados pelos dirigentes, funcionários e demais sócios da cooperativa;
- Buscar capacitação profissional para o desenvolvimento de suas atividades na cooperativa;

- Prestigiar e participar dos eventos educacionais e culturais da sociedade, buscando estimular a integração de todos os componentes da cooperativa;
- Pagar pela cota de capital fixado, para criar ou ingressar na sociedade, bem como quando do aumento do capital da mesma;
- Contribuir com sua parte, caso ocorram perdas financeiras, na realização do exercício social da cooperativa;
- Manter-se informado sobre todos os acontecimentos na cooperativa.

A apresentação feita anteriormente, tanto sobre a estrutura de uma cooperativa como sobre os direitos e deveres dos cooperados, ilustra, de uma forma geral, a organização de uma cooperativa qualquer, independente do ramo em que atue. Essa é a base geral de organização, a partir da qual, posteriormente, cada cooperativa se estrutura adaptando-se de acordo com sua realidade, sobretudo com o ambiente socioeconômico em que está inserida.

*

*

*

Pode-se agora focalizar o cooperativismo no Brasil e, em seguida, o cooperativismo de crédito.

3.2 O Cooperativismo no Brasil.

As experiências cooperativistas no Brasil já haviam começado com os jesuítas no primórdios da colonização. Esses religiosos, ao lidarem com os indígenas, criaram regimes de mutirão para as mais diversas atividades produtivas. Todavia, o movimento cooperativo propriamente dito chegou ao Brasil em meados do século XIX, quando começaram as grandes levas de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que adotaram nas suas áreas de destino os moldes cooperativistas dos seus países de origem.

Porém, a primeira cooperativa brasileira organizada nos moldes atuais surgiu por influência do padre jesuíta Theodor Amstad, que em 1902 motivou colonos de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, a criarem uma cooperativa de crédito rural para poderem financiar sua

produção. Logo a seguir formaram-se cooperativas em Santa Catarina e Pernambuco, tendo a iniciativa se espalhado por todo o território nacional, nos mais variados segmentos.

3.2.1 A Estrutura do Cooperativismo Brasileiro

Atualmente, a estrutura do cooperativismo brasileiro permite observar os seguintes atores:

- a) Cooperados: são a base de todo o sistema cooperativo, pessoas físicas ou jurídicas, normalmente de uma mesma atividade econômica, que se unem para um mesmo objetivo específico.
- b) Cooperativas Singulares ou de 1º grau: são o resultado da união de pelo menos 20 (vinte) pessoas¹⁵, que se associam para formar uma cooperativa;
- c) Cooperativas Centrais ou Federação de Cooperativas: quando 3 (três) ou mais cooperativas singulares juntam-se, formando uma Cooperativa Central ou uma Federação de Cooperativas, consideradas sociedades de 2º grau. O objetivo em formar uma cooperativa central é ganhar escala e sinergia entre as cooperativas singulares que a integram;
- d) Confederação: é a junção de pelo menos 3 (três) cooperativas centrais ou de federações de cooperativas; uma confederação é considerada uma cooperativa de 3º grau;
- e) Organizações Estaduais ou OCEs: todas as cooperativas de um determinado estado do país formam a organização estadual de cooperativas, entre cujas funções está a representação política das cooperativas integrantes, dentro e fora

¹⁵ Esse número é determinado por lei, ou seja, um número inferior de pessoas fica impedido legalmente de formar uma cooperativa singular. Não há estudos oficiais, mas comenta-se no universo cooperativo, que uma cooperativa singular torna-se viável economicamente, com um número superior à 100 cooperados.

do estado a que pertence; da mesma forma que as confederações, as OCEs também são consideradas cooperativas de 3º grau.

Tabela 5 – O Cooperativismo Brasileiro em números - 2002

Organização Nacional	01 – OCB
Organizações Estaduais (OCEs)	27
Confederações	13
Federações	76
Cooperativas Centrais	81
Cooperativas Singulares	7.549
Cooperados	5.258.644
Empregados	171.395
Participação no PIB Nacional	6%
Exportações (dólares)	1,09 bilhão

Fonte: OCB – Base 12/2002.

- f) Organização Nacional: a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) é a instituição máxima do cooperativismo dentro do país, sendo formada por todas as OCEs. É considerada uma cooperativa de 4º grau, e sua principal função é defender politicamente as reivindicações das cooperativas brasileiras junto ao governo federal e também fora do país, junto à ACI¹⁶.

3.2.2 Ramos do Cooperativismo Brasileiro.

Atualmente, o cooperativismo brasileiro divide-se em 13 (treze) ramos de atuação, a saber:

⇒ Agropecuário;

¹⁶ Importante ressaltar que, em nível mundial, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) é a representante máxima do cooperativismo; dela parte todas as bases e princípios que guia as cooperativas por todo o planeta

- ⇒ Consumo;
- ⇒ Crédito;
- ⇒ Educacional;
- ⇒ Especial;
- ⇒ Infra-estrutura;
- ⇒ Habitacional;
- ⇒ Mineral;
- ⇒ Produção;
- ⇒ Saúde;
- ⇒ Trabalho;
- ⇒ Turismo e Lazer;
- ⇒ Transporte de Cargas e Passageiros.

Os números relacionados aos diversos ramos são apresentados na Tabela 2, que informa sobre cooperativas, cooperados e empregados. O cooperativismo de consumo é o maior no que diz respeito ao número de cooperados, seguido de perto pelo segmento de crédito e pelo agropecuário. Em contrapartida, observa-se que o segmento do turismo é pouco explorado, embora mereça toda a atenção, já que, sendo o Brasil um país tropical com dimensões continentais e grande potencial turístico, poderia ter seus atributos melhor explorados, o que poderia ocorrer com grande colaboração do cooperativismo.

Outra constatação é que, ao se considerar o total da população brasileira, que é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, se observa que o cooperativismo como um todo não abrange sequer 5% dessa população. Assim, muito ainda pode ser feito pelo cooperativismo no país, para incluir entre os seus beneficiários uma quantidade muito maior de habitantes. Isso significa que o cooperativismo precisa sair das “sombras”, e mostrar quais são as suas vantagens, atraindo novos associados.

Tabela 6 – O Cooperativismo Brasileiro por Segmento.

Ramo	Cooperativas	%	Cooperados	%	Empregados	%
Agropecuário	1.624	21,51	865.494	16,46	105.597	61,61
Consumo	170	2,25	1.702.387	32,37	7.873	4,59
Crédito	1.066	14,12	1.127.955	21,45	21.157	12,34
Educacional	301	3,99	73.223	1,39	2.933	1,71
Especial	7	0,09	2.035	0,04	6	0,004
Habitacional	313	4,15	73.254	1,39	1.445	0,84
Infraestrutura	184	2,44	567.394	10,79	5.410	3,16
Mineral	40	0,53	51.231	0,97	41	0,02
Produção	147	1,95	11.094	0,21	326	0,19
Saúde	880	11,66	384.215	7,31	19.152	11,17
Trabalho	2.109	27,94	356.089	6,77	5.514	3,22
Turismo e Lazer	10	0,13	263	0,01	0	0,00
Transporte	698	9,25	44.010	0,86	1.941	1,13
TOTAL	7.549	100	5.258.644	100	171.395	100

Fonte: OCB – Posição em dezembro – 2002.

A distribuição regional das cooperativas pelo país, como se pode observar, não é tão irregular, mas o número de cooperados é extremamente concentrado em duas regiões, a Sudeste e a Sul. Isso reflete a própria incidência das atividades econômicas no território brasileiro, mas estaria indicando a necessidade de uma atenção maior por parte dos órgãos competentes no sentido de uma melhor distribuição do fenômeno cooperativista. Com efeito, a concentração de cooperados não se dá nas regiões menos desenvolvidas do país, e sim nas regiões mais ricas. Como as cooperativas, historicamente, são vistas como recurso para mitigar situações adversas, e também como instrumento para promover o desenvolvimento, incentivar o cooperativismo nas áreas mais pobres parece providência importante..

Tabela 7 – Cooperativas e Cooperados por Região.

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
Cooperativas	1.273	3.155	714	679	1.728
% por Região	16,86 %	41,79 %	9,46 %	8,99 %	22,89 %
Cooperados	1.282.309	3.208.940	214.638	158.508	394.249
% por Região	24,38 %	61,02 %	4,08 %	3,01 %	7,50 %

Fonte: OCB – Dezembro 2002.

3.3. O Cooperativismo de Crédito: Aspectos Gerais.

As cooperativas de crédito se propõem fundamentalmente a proporcionar crédito de forma simples e barata para seus associados. Porém, esse não é o único produto ou serviço oferecido por elas a seus associados. Começa-se o capítulo com indicações sobre a origem dessa modalidade de cooperativismo.

3.3.1 Origem e Evolução do Cooperativismo de Crédito no Brasil

O cooperativismo de crédito surgiu na Alemanha em meados do século XIX. Aliás, vinculou-se ao crédito a primeira experiência cooperativa registrada na Europa Continental. Seu surgimento objetivava “libertar” pequenos e médios artesãos, comerciantes e agricultores rurais da sua dependência em relação ao capital de terceiros, os quais, por sua condição privilegiada, acabavam por cobrar juros exorbitantes pelo empréstimo de seu dinheiro, ou preços extremamente elevados quando do fornecimento antecipado de insumos, máquinas e equipamentos.

As experiências nesse segmento cooperativo foram iniciadas e incentivadas por três pessoas principais: Schulze-Delitzsch¹⁷, que se destacou no cooperativismo de crédito do tipo urbano; Raiffeisen¹⁸, cuja maior contribuição foi a preconização da idéia de criar um banco central que possibilitasse integrar todas as cooperativas de crédito da Alemanha; e Luzzatti, italiano filho de uma rica família israelense, que teve suas idéias sobre o cooperativismo de crédito influenciadas diretamente pelas do tipo Schulze-Delitzsch e também raiffeissianas. As cooperativas de Luzzatti destinavam-se sobretudo ao financiamento agrícola.

O cooperativismo de crédito no Brasil surgiu bem mais tarde, sendo que a primeira cooperativa de crédito brasileira nos moldes atuais, foi fundada em 1902, pelo padre jesuíta Theodor Amstad. Sua fundação ocorreu em Nova Petrópolis, no Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, segundo a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), o cooperativismo de crédito brasileiro conta com 1.127.955 cooperados, aproximadamente 1.100 cooperativas e mais de 20.000 funcionários¹⁹.

Em Santa Catarina, até 1997 existia uma séria barreira ao pleno funcionamento das cooperativas de crédito. É que para atender plenamente às demandas de seus associados, essas cooperativas tinham que manter convênios com bancos comerciais. Normalmente esses convênios não eram tão vantajosos para as cooperativas. Como estas concorrem de forma direta com tais bancos, estes tentavam tirar os associados das cooperativas e aumentar a sua própria carteira de clientes. O objetivo desses convênios era ter acesso à Câmara de Compensação de Cheques e outros Papéis, e também ao mercado interfinanceiro.

Conforme citado, em 1997 esse problema foi de certa forma resolvido. Atendendo a uma antiga reivindicação do cooperativismo de crédito de vários Estados brasileiros, o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou e regulamentou a criação BANCOOB. Assim, em 1º de setembro de 1997, iniciaram-se as atividades do BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil S/A.).

¹⁷ Hermann Schulze nasceu em Delitzch (Alemanha), era magistrado, e mostrava-se propenso a atividade de filantropia. Mas destacou-se, antes de tudo, na atividade de organização de bancos populares, principalmente entre pequenos artesãos, que dependiam de capital para sobreviver.

¹⁸ Friedrich Wilhelm Raiffeisen, também era alemão, e suas contribuições foram contemporâneas às de Schulze-Delitzsch.

¹⁹ Base – dezembro de 2002.

3.3.2 O Papel dos Bancos Cooperativos

Existem no Brasil três sistemas cooperativos, o SICOOB, vinculado ao BANCOOB, o SICREDI, vinculado ao BANSICREDI²⁰, e o sistema UNICRED, que centraliza as informações de todas as UNICREDS (braço financeiro da UNIMED).

O BANCOOB foi criado para articular e integrar as cooperativas de crédito de grande parte do Brasil²¹, sejam elas cooperativas centrais ou singulares, e para propiciar viabilidade operacional e liquidez ao sistema cooperativo, juntamente com o BANSICREDI. Dentre as suas principais funções, destacam-se:

- Gerar recursos para as cooperativas de crédito, permitindo-lhes o acesso a tais recursos com taxas inferiores às praticadas pelas próprias cooperativas, ou seja, organizando uma espécie de mercado intercooperativo;
-
- Aumentar a capacidade operacional e financeira das cooperativas de crédito;
-
- Dar autonomia ao sistema cooperativo do país;

O Banco Cooperativo é uma instituição jurídica totalmente independente das cooperativas, que tem como sócios exclusivamente cooperativas de crédito. Ou seja, as cooperativas é que são as “proprietárias” do BANCOOB.

As cooperativas de crédito não concorrem com o BANCOOB, nem tampouco são substituídas por ele. O banco é um grande parceiro das cooperativas, permitindo a elas e, conseqüentemente, a seus associados, acesso à Câmara de Compensação e ao mercado financeiro como um todo, diminuir os custos para as cooperativas, propiciando benefícios ainda maiores para os associados. É de competência das cooperativas de crédito fornecer talões de cheques para os associados, responsabilizar-se pela devolução de qualquer cheque de seus associados, e pela manutenção das contas correntes dos mesmos.

²⁰ O BANSICREDI, foi criado em 1995 e seu sistema – SICREDI – centraliza as informações da maioria das cooperativas de crédito dos estados do RS, PR, MT, MS e SP

²¹ As Cooperativas de crédito que compõem o BANCOOB, encontram-se nos seguintes estados: BA, DF, ES, GO, MT, MG, PA, PB, PE, RN, RJ, SC e SP

O BANCOOB viabiliza o trânsito e a compensação de todos os títulos (cheques, duplicatas, saques, depósitos e outros) que são movimentados nas cooperativas de crédito credenciadas. Essa viabilidade é alcançada pelo SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), que substituiu os diversos sistemas operacionais das cooperativas de crédito, que existiam isoladamente antes do funcionamento do BANCOOB. Sua atuação permitiu a integração de todas as cooperativas singulares e centrais do país, centralizando as operações e possibilitando o crescimento de todas as cooperativas, bem como apoiando o fortalecimento e autonomia do sistema cooperativo de crédito. As mesmas informações e funções desempenhadas pelo BANCOOB estendem-se ao BANSICREDI

Assim como as cooperativas de crédito, o BANCOOB também está vinculado ao Banco Central do Brasil, sendo por este fiscalizado. A evolução de suas operações desde a criação é mostrada na tabela 8. Como se pode observar, o crescimento é notável

Tabela 8 – Operações de crédito do Bancoob.

Ano	Valor (R\$ - milhões)
1997	0
1998	18
1999	90
2000	145
2001	230
2002	432

Fonte: Bancoob – Estatística 2002.

A tabela 8 indica a evolução e a consolidação do banco cooperativo e, indiretamente, atesta o fortalecimento de todo o sistema cooperativista de crédito, uma vez que o banco opera exclusivamente com as cooperativas afiliadas, no cumprimento do seu papel de fortalecer e de proporcionar autonomia financeira para o sistema. A tabela 9 apresenta informações que corroboram a afirmação desse fortalecimento.

Tabela 9 – Documentos compensados no BANCOOB.

Ano	Nº de Documentos
1997	722
1998	26.693
1999	40.792
2000	62.033
2001	81.319
2002	90.187

Fonte: Bancoob – Estatística 2002 – média mensal.

A tabela 9 indica a evolução de documentos compensados pelo BANCOOB, e denota a força que o banco foi atingindo já nos primeiros anos de seu funcionamento. Conseqüentemente, mostra o quanto o banco permitiu para as cooperativas de crédito filiadas para a prestação desse serviço a seus cooperados, e ainda mais, que permitiu o incremento de receita para as cooperativas, decorrente da cobrança de tais títulos.

Essa atividade acaba por facilitar a vida de todos os usuários das cooperativas, evitando filas, com atendimento rápido e personalizado.²² nas próprias sedes das cooperativas.

3.3.3 Produtos e Serviços das Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito conseguem oferecer um número cada vez maior de produtos e serviços aos cooperados, e já conseguem substituir um banco comercial. No que diz respeito a isso, cabe assinalar que, sobretudo para as cooperativas de créditos que estão iniciando suas atividades, acabam por existir algumas deficiências. Entre estas cabe indicar que não conseguem operar com “bandeiras” de cartões de crédito, e não podem recolher tributos devido à falta de recursos para adquirir “softwares” para tal serviço. Entretanto, o fortalecimento das cooperativas certamente permitirá a superação desses problemas. Dentre os principais produtos e serviços oferecidos aos cooperados, destacam-se:

a) Investimentos

- Poupança (Depósitos a prazo remunerados);
- CDC – Certificado de Depósito Cooperativo;
- RDC – Recibo de Depósito Cooperativo.

b) Linhas de Crédito

- Empréstimo Pessoal;
- Cheque Especial;
- Desconto de Duplicatas e outros Recebíveis;
- Aquisição de bens duráveis.

c) Serviços

- Conta Corrente;
- Cobrança Bancária;
- Auto atendimento por telefone e fax;
- Recebimento de títulos (carnês, consórcios, conta de água, luz, telefone, IPTU, INSS e outros);
- Débito automático;
- TED's;
- Depósitos à vista.

²² Importante ressaltar que o Bancoob, e suas cooperativas afiliadas, podem fazer a cobrança de qualquer documento, assim como os demais bancos, porém as cooperativas ainda cobram um menor número de documentos dos que os outros bancos, sobretudo ao iniciarem suas atividades, quando lhes faltam recursos e credibilidade para fazê-los.

4 - O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO RECENTE E FUNCIONAMENTO

Este capítulo apresenta os dados obtidos na pesquisa de campo, realizada em 04 (quatro) cooperativas de crédito singulares, todas localizadas em Florianópolis, a saber: UNICRED, CREDPOM, CREDISC e CDL COOP. Apresenta-se um breve histórico de cada uma delas, seus principais produtos e os serviços oferecidos, demonstrando pontos comuns existentes entre elas, pontos divergentes, algumas de suas metas, o seu posicionamento frente à proposta do novo governo em expandir o microcrédito através do cooperativismo de crédito, bem como opiniões de alguns cooperados em relação às suas cooperativas.

Inicia-se com uma breve referência à evolução recente das cooperativas de crédito no estado.

4.1 Evolução do Cooperativismo de Crédito em Santa Catarina

A primeira cooperativa de crédito de Santa Catarina surgiu no meio rural, em 1932, na cidade de Itapiranga. Porém a primeira cooperativa de crédito do tipo urbana surgiu em Blumenau, tendo sido fundada em 1951 (Credihering), hoje atendendo por outro nome: CREDTEXTIL (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Indústria Têxtil e do Vestuário da Região de Blumenau LTDA). As tomadas de empréstimo na época de sua fundação eram para comprar casa própria, terrenos, e máquinas de costura, entre outros, o que só era possível devido às taxas muito baixas praticadas pelas cooperativas de crédito. Esse aspecto positivo permanece até hoje, configurando o ponto central de uma cooperativa de crédito.

O crescimento dessa modalidade de cooperativismo foi significativo, principalmente no que diz respeito ao número de cooperados, na década de 1990, como se observa na tabela 10. Nada se pode dizer sobre a trajetória comparando com o restante do país, pois a própria OCB não

disponibiliza uma série histórica da evolução do cooperativismo de crédito no país. Mas é certo que o cooperativismo de crédito fortaleceu-se em nível nacional a partir de 1997, com a criação do BANCOOB, conforme já enfocado anteriormente. A expansão das operações daquele banco é uma evidência disso.

Tabela 10 – Cooperativismo de Crédito Catarinense

Ano	Cooperativas	Cooperados	Funcionários
1992	22	42.034	205
1993	29	49.391	239
1994	34	46.129	280
1995	39	51.554	301
1996	43	58.174	337
1997	50	62.171	377
1998	55	66.465	419
1999	57	76.117	499
2000	62	88.486	589
2001	60	105.873	708

Fonte: Banco de dados OCESC.

Logo, fomentar o cooperativismo de crédito em Santa Catarina, é possibilitar a ampliação da distribuição do crédito por todo o estado, com isso fortalecendo ainda mais a economia do mesmo.

4.2 Aspectos do Funcionamento das Cooperativas de Crédito em Santa Catarina: Ensinamentos da Pesquisa Empírica

4.2.1 UNICRED

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde – UNICRED Florianópolis, foi fundada em 1994, mas abriu suas portas para o atendimento aos usuários em fevereiro de 1996. Sua criação obteve ajuda de uma outra cooperativa – UNIMED – representante da classe médica, ajuda financeira e técnica que objetivava melhorar ainda mais a classe médica e acompanhar o movimento que se realizava em outras unidades da UNIMED. Inicialmente, atendia somente médicos. A partir de 2001, recebeu permissão do Banco Central para ampliar seu público alvo, estendendo-se aos demais profissionais da área da saúde (dentistas, farmacêuticos, bioquímicos e profissionais de enfermagem), tendo como área de atuação a Grande Florianópolis.

Atualmente, conta com sede própria e com mais de 2400 cooperados, dos quais pelo 1900 são médicos. Segundo o gerente geral da cooperativa, a classe médica é uma classe diferenciada em relação a todas as demais classes profissionais: “os médicos possuem um senso coletivo mais aprofundado”. Para ele, esse senso é desenvolvido desde a Universidade; e a realização de uma cirurgia é um exemplo segundo o entrevistado, pois, há sempre vários médicos envolvidos, formando uma equipe médica. O gerente também acha que, por trabalharem em hospitais ou clínicas onde encontram-se sempre muitos médicos, esse senso coletivo permanece vivo, o mesmo não acontecendo com outros profissionais, como dentistas, que normalmente atendem em consultórios, mas estão sempre sozinhos, ou com, no máximo, um ajudante. Assim, o trabalho de captação de novos cooperados é mais fácil junto à classe médica.

A UNICRED Florianópolis é uma das componentes do sistema UNICRED. Para ter acesso à câmara de compensação, usa um convênio com o Banco do Brasil, convênio esse que serve para a cooperativa prestar qualquer tipo de serviço aos cooperados.

No que diz respeito a serviços, a UNICRED vai muito além de facilitar acesso ao crédito para seus cooperados. Entre os serviços se destacam:

- Isenção total de tarifas bancárias, exceto tarifas de devolução de cheques, o que funciona como caráter educativo;
- Número ilimitado de talões de cheques; se o cooperado desejar a entrega pode ser por malote ou via sedex;
- Quantidade livre de extratos para associados;
- Acesso via internet (Netbanking);
- Atendimento via telefone, fax e e-mail;

- Conta Corrente;
- Saque com cartão na rede BCN em todo o país, fruto de um convênio com aquele banco;
- Caixas automáticos na sede da UNICRED e postos da UNIMED;
- 10 dias sem juros no limite do cheque especial;
- 70 pontos de coletas com horários programados, abrangendo quase a totalidade da região da grande Florianópolis;
- Cartões de crédito;
- Folha de pagamento dos funcionários, para cooperados que sejam donos de clínicas ou consultórios;
- Carteira de cobrança de títulos;
- Débito automático para contas de água, luz e telefone;
- Débito em conta para aplicações e pagamentos programados;
- Serviço de consultoria financeira.

Existem várias modalidades de crédito oferecidas pela UNICRED, que se dividem em dois grandes grupos. No primeiro grupo estão o crédito familiar, que abriga créditos para saúde ou odontológicos, para férias, para imóveis, e o crédito pessoal, modalidade em que os prazos podem chegar a até 48 meses com taxas²³ que variam de 2 a 3,8% ao mês. O segundo grupo é o de crédito profissional, que abrange créditos para cursos, feiras e eventos, para equipamentos de informática, para imposto de renda, para aquisição de veículos novos ou usados e adiantamentos à produção; aqui os prazos podem chegar a até 36 meses, com taxas que variam de 1,8 a 2,8% ao mês.

Para associar-se à cooperativa, além de ser profissional da área da saúde, é necessário integralizar o valor de R\$ 1.500,00 como cota parte inicial, o que pode ser feito à vista ou em até 30 vezes de valor equivalente. É um valor relativamente elevado para os padrões brasileiros, porém nem tanto para os profissionais da área, que normalmente auferem remunerações mais elevadas frente às outras categorias profissionais. No entanto, esse “investimento” é fortemente

²³ As taxas praticadas pelas cooperativas, são consideradas taxas efetivas, ou seja, sem nenhum acréscimo. Enquanto que em outras instituições financeiras, além das taxas anunciadas, normalmente acabam por incidir TAC (Taxa de Abertura de Crédito), correções por indexadores predeterminados nos casos de prazos superiores a 1 ano, e também IOF (Imposto sobre operações financeiras).

compensado. Basta tomar o resultado do ano de 2002, onde a UNICRED registrou em seu Balanço Patrimonial, na rubrica de sobras líquidas²⁴ um valor superior a R\$ 1.900.000,00, já descontado o valor da Reserva Legal. Isso reflete a segurança e a seriedade com que é tratada a cooperativa.

Entre as suas metas, está a continuidade dos serviços prestados para todos os cooperados e, juntamente com as demais UNICRED'S do país, a constituição do banco cooperativo de todo o sistema UNICRED.

4.2.2 CREDPOM.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina foi fundada em 2001 por 40 policiais, tendo aberto as suas portas ao público no final de maio daquele ano. Atualmente conta com mais de 800 cooperados. Segundo o gerente da cooperativa, o principal motivo da fundação da cooperativa era reduzir as despesas bancárias que os policiais tinham e facilitar a tomada de empréstimos.

Para iniciar suas atividades, a cooperativa contratou uma consultoria para atestar sua viabilidade, não obtendo nenhuma ajuda de empresas ou instituições para o seu funcionamento, exceto a sede da cooperativa, que fora emprestada pela corporação. A CREDPOM funciona junto à Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro da Polícia Militar, no centro de Florianópolis.

Entre os serviços oferecidos pela cooperativa aos associados destacam-se:

- Isenção de tarifas bancárias, exceto para cheques devolvidos;
- Conta corrente;

²⁴ As cooperativas de um modo geral, são entidades que não visam lucro, e utilizam a expressão “sobras ou perdas líquidas”. E a definição de que se fazer com o resultado apurado ao final de cada exercício, tem que ser feita em Assembléia Geral Ordinária. No caso de perda líquida, há três possibilidades, cobrir as perdas integralmente rateando entre os cooperados, cobrir integralmente através da conta de Reserva de Legal – a qual todas as cooperativas são obrigadas a destinar um percentual das sobras quando elas ocorrerem, para que não se prejudique demasiadamente o cooperado no caso de perdas em exercícios futuros - , ou finalmente, cobrir parte rateando entre os cooperados e parte retirando da conta de Reserva de Legal.

No caso de haver sobras líquidas, também há três possibilidades, já descontada a parte obrigatória a ser integralizada na conta de Reserva de Legal, com o saldo remanescente, pode-se, destinar integralmente para os cooperados em dinheiro, distribuir integralmente para os cooperados através do aumento da cota de capital de cada um, ou finalmente, distribuir para os cooperados parte capitalizar a cota de capital individual, e parte distribuir para os cooperados em dinheiro.

- Número ilimitado de extratos e transferências;
- Número ilimitado de talões de cheques;
- Cobrança de todos os títulos de compensação bancária, também água, luz, telefone e IPTU;
- Carteira de cobrança de títulos;
- Atendimento via telefone, fax e e-mail.

Por ora, a CREDPOM trabalha apenas com uma modalidade de crédito, a de consignação em folha de pagamento²⁵. Esta pode chegar a até 30% da renda, com prazos de até 24 meses com taxa de 3% ao mês.

Além de isentar os associados da maioria das tarifas bancárias, praticar taxas muito baixas para crédito e remunerar melhor as aplicações dos cooperados, a CREDPOM conseguiu já no seu primeiro exercício (2002) produzir renda adicional para os associados ao distribuir mais de R\$ 28.000,00 em sobras líquidas²⁶, compensando grande parte dos R\$ 680,00 de cota mínima inicial²⁷. Para o gerente, a cooperativa é muito importante para os cooperados, pois está sempre pronta para ajudá-los, e o acesso a ela é muito facilitado.

Dentre as principais metas da CREDPOM para 2002 está a ampliação do número de cooperados, e implantar o limite de cheque especial com taxas de 5% ao mês, beneficiando ainda mais os cooperados.

Alcançar essas metas ajudará a materializar o objetivo maior da cooperativa, que é abrir um posto da cooperativa em cada batalhão da corporação no Estado de Santa Catarina. Bem como, estender suas atividades aos policiais Civis, Rodoviários Federais e Estaduais.

No caso específico da UNICRED no exercício de 2002, em assembléia os cooperados decidiram por capitalizar integralmente a cota de capital de cada associado.

²⁵ Consignação em folha de pagamento, significa grosso modo, desconto direto da folha no dia do pagamento, ou seja, ao invés de receber seus proventos integrais, o assalariado recebe seu pagamento já deduzida a quantia consignável, que é remetida diretamente pela fonte pagadora (no caso do Policiais Militares, é o estado ao qual pertencem), para que é detentor do crédito (nesse caso específico para a CREDPOM).

O departamento de recursos humanos(RH), da fonte pagadora, é quem informa qual o valor possível de se consignar para cada funcionário.

²⁶ A CREDPOM no exercício de 2002, distribuiu R\$ 3.849,57 em conta corrente, e R\$ 24.506,00 capitalizando cotas de capital dos cooperados.

²⁷ A cota de capital inicial na CREDPOM, pode ser integralizada com 10% de entrada (no mínimo) e parcelando em mais 24 vezes.

4.2.3 CREDISC

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina foi criada graças à insistência de um funcionário público estadual, junto a 34 colegas (também funcionários públicos estaduais) para somar R\$ 35.000,00 para a constituição do Patrimônio Líquido (PL) da cooperativa, e assim começar seu funcionamento, que ocorreu em novembro de 1999. Segundo a gerente, “a cooperativa nunca teve ajuda nenhuma, tanto é que no primeiro ano tivemos um prejuízo tremendo, pois a cooperativa teve que comprar tudo, desde equipamentos de informática até canetas”. Atualmente a cooperativa conta com 920 cooperados, e a sede localizada no centro da capital.

A cooperativa atende funcionários públicos em todo o estado, mas a grande maioria está mesmo na capital, onde o atendimento pode ser mais rápido e personalizado. Já os cooperados do interior acabam por depender de correio para poderem receber seus talões de cheque, assinar contratos e remeter a documentação necessária quando da solicitação de empréstimos, o que de certo modo dificulta a captação de cooperados no interior e representa menor competitividade da cooperativa nas cidades do interior. Outro problema para a cooperativa é a existência, em cada repartição pública de um posto de atendimento do BESC (Banco de Estado de Santa Catarina). Para a gerente entrevistada, isso significa uma comodidade extra para os funcionários públicos, mesmo os já associados, que acabam preferindo movimentar suas contas no BESC ao invés de na cooperativa. “Isso ocorre porque as pessoas, de um modo geral, não têm consciência que elas são donas da cooperativa”, afirmou a gerente, que disse acreditar que com a concretização do processo de privatização daquele banco a cooperativa tende a ser beneficiada..

As perdas do primeiro ano já foram contornadas, e no último exercício a cooperativa distribuiu R\$ 52.000,00 em sobras, fruto dos produtos e serviços oferecidos por ela. Entre os seus serviços figuram:

- Isenção de tarifas bancárias, exceto para cheques devolvidos;
- Conta corrente;
- Número ilimitado de extratos e transferências;
- Número ilimitado de talões de cheques;
- Convênio com Banco 24 horas, para saques, saldos e extratos;

- Cobrança de todos os títulos de compensação bancária, também água, luz, telefone e IPTU;
- Carteira de cobrança de títulos;
- Atendimento via telefone, fax e e-mail.

No que diz respeito ao crédito, a CREDISC oferece três modalidades. A primeira é o crédito pessoal, consignado em folha com taxas de 3,45% ao mês, com prazo de até 24 meses, podendo chegar a 30% da renda. A segunda é o crédito para compra de computadores, também consignado em folha, mas com taxas ainda menores, da ordem de 2,6% ao mês. A terceira modalidade de crédito oferecida pela cooperativa é a antecipação de recebíveis (desconto de títulos) - exclusivamente cheques pré-datados -, que é oferecido para familiares dos cooperados que possuam empresas, com taxas mais elevadas, podendo chegar a 4,5% ao mês. Conforme a gerente, a possibilidade de obter crédito barato é a principal motivação para a associação dos cooperados, que não dão maior importância aos demais serviços.

Entre as metas para 2003, está terminar o ano com pelo menos 1350 cooperados, que para ingressarem terão que integralizar o valor de R\$ 1.000,00, podendo parcelar em até 50 vezes de valor equivalente. Para atingir tal meta, a cooperativa possui dois colaboradores que se dedicam à captação de clientes, tirando dúvidas e dando explicações sobre o funcionamento da mesma, indicando os benefícios que a cooperativa pode proporcionar. Além disso, está sendo pleiteado junto ao Banco Central a possibilidade da cooperativa atuar também com funcionários públicos municipais e federais do estado. O objetivo da cooperativa, além de aumentar os serviços prestados aos associados, é implantar postos avançados nas principais cidades do estado.

4.2.4 CDL COOP

A cooperativa de crédito da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), da Grande Florianópolis, recebeu amplo apoio da mesma para a sua criação. Os motivos da ajuda giravam em torno do interesse em possibilitar aos associados da CDL o acesso de forma rápida e barata ao crédito e aos demais serviços bancários.

A cooperativa foi fundada em dezembro de 2001, mas começou a funcionar de fato em junho de 2002, contando atualmente com mais de 170 cooperados (pessoas físicas e jurídicas), que investiram R\$ 100,00 adquirindo suas cotas de capital. A CDL COOP tem sua sede anexa à da CDL, no centro de Florianópolis.

O aviso “Informamos – para saques acima de R\$ 1.000,00, avisar com antecedência mínima de 48 horas”, dá a dimensão exata do que significa tratar-se de uma cooperativa muito jovem, que está dando seus primeiros passos. Ainda assim, já oferece uma gama variada de serviços para os cooperados, entre os quais merecem destaque:

- Isenção de tarifas bancárias, exceto para cheques devolvidos;
- Conta corrente;
- Número ilimitado de extratos;
- Primeiro talonário de cheques grátis, e a partir do segundo apenas R\$ 2,00 para cada talonário;
- Transferências eletrônicas a partir de R\$ 5,00 cada;
- Convênio com Banco 24 horas, para saques, saldos e extratos;
- Cobrança de todos os títulos de compensação bancária, também água, luz, telefone e IPTU;
- Carteira de cobrança de títulos;
- Seguros;
- Cartões de crédito;
- Consultoria financeira;
- Atendimento via telefone, fax e e-mail.

Segundo informado pelo gerente durante a entrevista, uma das principais sugestões dos cooperados é que a cooperativa possibilite operações financeiras via internet, fato que está fazendo com que ela mude seu convênio do BANCOOB para o BANSICREDI, o que permitirá de imediato mais esse serviço para os cooperados. Segundo o gerente “o sistema SICOOB é um ótimo sistema, mas aqui na minha cooperativa ele não consegue atender todas as necessidades; por isso estamos mudando de sistema”. Ainda segundo o gerente, um dos pontos fortes da cooperativa é a quantidade de pagamentos de títulos que são efetuados na mesma, chegando a

movimentar mais de 4 milhões de Reais por mês, possibilitados pelo atendimento rápido e personalizado que a cooperativa oferece a seus cooperados.

Por sua vez, as modalidades de crédito oferecidas pela CDL COOP dividem-se em duas categorias, uma para pessoa física e outra para pessoa jurídica. Para pessoa física há o crédito pessoal com taxas que variam entre 2,8 a 3,8% ao mês, com prazos de até 24 meses, sendo que o limite de cheque especial observa uma taxa de 6% ao mês. Já para pessoas jurídicas, além do limite de cheque especial com a mesma taxa praticada para pessoas físicas, tem-se o capital de giro com taxas que variam de 3 a 4,5% ao mês, e a antecipação de recebíveis (desconto de títulos) com taxas que variam de 2,8 a 4,4% ao mês.

As taxas praticadas variam de acordo com o prazo e de acordo com o associado, segundo o gerente. Nas análises de concessão de crédito respeita-se a “reciprocidade” entre o cooperado e a cooperativa, tanto na movimentação junto à cooperativa como em relação ao comportamento em créditos anteriores.

4.3 Pontos Comuns das Cooperativas Estudadas

As semelhanças observadas entre as cooperativas estudadas tem a ver com as características observadas nesse segmento do cooperativismo. As principais semelhanças dizem respeito ao modo como as cooperativas se estruturam e a como elas se relacionam com os cooperados. Todas têm, no comando de suas gerências, profissionais com amplo conhecimento do mercado financeiro e bancário, já que no caso da UNICRED e da CREDPOM os gerentes registram vários anos de atividades bancárias, um como superintendente da Caixa Econômica Federal e o outro como gerente do Banco Itaú, respectivamente. Por sua vez, no caso da CREDISC e da CDL COOP, seus gerentes já possuíam amplo conhecimento do cooperativismo de crédito, pois anteriormente já exerciam funções semelhantes às desempenhadas atualmente, em outras cooperativas de crédito. Cabe considerar também o amplo apoio dado pelas cooperativas para o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos gerentes.

Outra semelhança observada entre as cooperativas, e que faz parte dos princípios que norteiam o cooperativismo, é o foco no cooperado. Todos os produtos e serviços são especificamente elaborados e direcionados exatamente para satisfazer as necessidades de cada

cooperado, uma vez que as taxas praticadas para crédito são sempre menores que as observadas em outras instituições financeiras. Do mesmo modo, a remuneração das aplicações dos cooperados é sempre de 0,2 a 0,5 pontos percentuais maior que as mesmas modalidades de aplicações observadas no restante do mercado financeiro.

Finalmente, a responsabilidade com que são conduzidas as cooperativas pode ser percebida pela existência de sobras líquidas em cada cooperativa, e também pelo baixo índice de inadimplência – esse é um dos principais problemas observados nas chamadas financeiras –, que na UNICRED é de apenas 0,8% sobre o total de empréstimos, normalmente renegociados. No caso da CREDPOM, o volume dos empréstimos é totalmente consignado em folha de pagamento; no caso da CREDISC, segundo a gerente, “se desconsiderarmos os cheques, a inadimplência é zero”²⁸. Conforme o gerente da CDL COOP, “a responsabilidade na concessão de créditos é muito grande, pois temos sempre que oferecer crédito mais barato, e remunerar melhor as aplicações dos cooperados, cuidando para não prejudicar todos os demais cooperados por um empréstimo mal avaliado”. Transparece, assim, a seriedade com que são conduzidas as cooperativas. Conforme o gerente da UNICRED, “em todos os anos de vida bancária, nunca tive que dar tantas explicações e mostrar relatórios como agora na cooperativa”, referindo-se à fiscalização do Banco Central sobre as cooperativas. Porém, ele ressalta isso com um ponto positivo, pois assim o cooperativismo de crédito não se desvirtuará e tampouco perderá o seu foco, que é satisfazer as necessidades e dar prioridade para seus cooperados.

No que concerne às diferenças entre as cooperativas, estas dizem respeito, basicamente, ao público que atendem e ao tempo em que estão em funcionamento. A UNICRED já está plenamente constituída e pode oferecer qualquer produto financeiro para seus cooperados. A CREDPOM e a CREDISC, por terem como cooperados só pessoas físicas, já conseguem substituir plenamente um banco comercial, porém com possibilidades de incrementar ainda mais seus serviços e diminuir ainda mais as taxas praticadas para os cooperados. A CDL COOP, por ser a mais nova das cooperativas observadas, com apenas um ano de funcionamento, e por ter entre seus cooperados pessoas jurídicas, consegue possibilitar vários serviços e vantagens para seus cooperados, mas ainda precisa crescer para poder atender de modo satisfatório as necessidades de seus associados.

²⁸ A gerente da CREDISC, ao dizer “desconsiderarmos os cheques” refere-se a segunda modalidade de crédito oferecida principalmente para familiares dos cooperados que possuam empresas

4.4 Perspectivas para as Cooperativas de Crédito

O atual governo federal, por várias vezes assinalou a necessidade do microcrédito para a economia brasileira, e uma das formas para lograr esse resultado é através da operação das cooperativas de crédito.

Não foram apresentadas propostas claras de como o governo federal pretende “utilizar” as cooperativas de crédito para concretizar a sua intenção de fazer chegar o crédito à população de baixa renda e para as micro e pequenas empresas. O que há é a cogitação de possibilitar que qualquer pessoa, de qualquer segmento da sociedade, possa se associar a uma cooperativa de crédito.

Para o gerente da UNICRED, essa liberalização “pode fazer com que as cooperativas percam o seu foco”, caso aceitem a associação de qualquer pessoa. De fato, “a cooperativa de crédito tem como função principal propiciar crédito, mas normalmente elas vão além disso, prestando outros serviços, e para isso elas precisam conhecer bem o cooperado e o ramo em que ele trabalha, para saber exatamente quais as suas necessidades”. Assim o mencionado gerente acredita que a liberalização pode trazer alguns malefícios para as cooperativas.

Ainda segundo o gerente da UNICRED, seria mais importante, pelo menos para a sua cooperativa, se as cooperativas fossem isentas de PIS e COFINS²⁹, já que essa é uma antiga reivindicação do cooperativismo, atualmente sendo analisada no Congresso Nacional.

Tanto para o gerente da CDL COOP, como para a gerente da CREDISC, seria ainda mais importante se o governo federal permitisse que as cooperativas de crédito tivessem acesso aos recursos oficiais provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do FGTS e do BNDES³⁰. Isso possibilitaria um efetivo salto para as cooperativas de crédito, permitindo que elas operassem com taxas ainda menores, e colocaria as cooperativas de crédito num nível ainda mais importante para a economia brasileira.

²⁹ As cooperativas de crédito, atualmente são obrigadas a recolher PIS, COFINS, FGTS e INSS. Além disso os cooperados pagam nas suas aplicações, IR e CPMF.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento do Plano Real, e a estabilização de preços dele advinda, possibilitou com que os agentes econômicos passassem a ter a dimensão exata do “custo” do dinheiro. Num primeiro momento, a estabilidade de preços e dos empregos, se refletiu num aumento do consumo e do endividamento das famílias em tais níveis, que ameaçava o plano econômico. Para barrar esses aumentos, o governo passou a elevar substancialmente as taxas de juros, que encareceram o crédito, estancando o consumo da economia. Num segundo momento, a elevação das taxas de juros refletiu-se numa inadimplência elevada para as modalidades de créditos sobretudo, para consumo.

Essa percepção de que o dinheiro estava mais “caro” e difícil, fez com que os agentes econômicos, principalmente pessoas físicas, procurassem meios de satisfazer suas necessidades de crédito, de modo mais barato e simples. Uma das formas encontradas pelos agentes econômicos, foram as associações de ajuda mútua. Assim, as cooperativas de crédito ganharam novo ímpeto na sociedade, ímpeto esse ressaltado ainda mais com a autorização de bancos cooperativos que possibilitaram a centralização operacional e financeira das cooperativas de crédito.

Com as informações obtidas, percebe-se que as cooperativas de crédito se estruturam em bases sólidas, haja vista os resultados apresentados pela CREDPOM, CREDISC e sobretudo pela UNICRED. A responsabilidade na administração com que são conduzidas as cooperativas de crédito revela a seriedade da intenção de privilegiar sempre os associados.

Dessa forma, as cooperativas de crédito consolidam-se, de fato, como alternativas de crédito, mas vão além disso, pois prestam serviços de suma importância para seus associados,

³⁰ Atualmente, esses recursos são utilizados pelos demais bancos comerciais, acredita-se que o “lobbie” de tais bancos exercido pela Febraban sobre o governo, é que não permite a liberação de tais recursos para as cooperativas de crédito.

facilitando-lhes a vida no seu cotidiano e possibilitando que suas aplicações financeiras “trabalhem” integralmente para os mesmos, sem a existência de nenhum intermediário.

O Fortalecimento ainda maior do cooperativismo de crédito amplificará suas potencialidades para possibilitar crédito barato, e rápido e para prestar outros serviços fundamentais para o dia-a-dia das pessoas com ele envolvidas. Porém, tal estímulo tem que ser feito com muita responsabilidade, para não comprometer suas estruturas e não desvirtuar o longo trabalho realizado pelas mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edmar L. O Plano Real. In: MERCADANTE, Aloízio (organizador). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 11-69.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim mensal. Brasília: jan. 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim mensal. Brasília: dez. 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries Temporais. Apresenta Dados. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 nov 2002.

BANCO COOPERATIVO SICREDI S. A. Histórico. Apresenta histórico. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br>>. Acesso em: 18 jun 2003.

BRAUDEL, Fernad. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARNEIRO, Ricardo. **Reformas liberais, estabilidade e estagnação – a economia brasileira na década de 90**. 2000. Tese de Livre Docência – Instituto de Economia. Universidade Federal de Campinas, Campinas.

DRIMER, Alicia K. de, DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas: fundamentos – historia – doctrina**. 3ª ed. Buenos Aires: Intercoop, 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1995.

HOLYOAKE, Georges J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Trad. Cooperativa dos Vegetarianos da Guanabara. Rio de Janeiro: Seleta, 1972.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad. Mario R. da Cruz; São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1983. Volume III – Tomo 1.

MUNHOZ, Décio G. **Economia aplicada – técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UNB, 1989.

O cooperativismo ao alcance de todos. 2ª ed. Florianópolis: OCESC, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. Banco de Dados. Apresenta Dados. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 12 mar 2003.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, José P. da. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

TAVARES, Maria da C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloizio, (organizador). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. São Paulo: UNICAMP, 1998. p.401-429.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO - COOPERATIVA

Nome da Cooperativa _____

Ano de Fundação _____ N° inicial de sócios _____

Número atual de sócios _____ Quantas são Mulheres _____

Qual a Motivação para a fundação _____

Houve a participação de Empresas na Fundação da Cooperativa. Descrever processo e motivação _____

Qual tipo de participação: () Financeira () Técnica

Qual interesse dessa(s) Empresa(s) em ajudar a Cooperativa? _____

Houve ajuda de Instituições na criação da Cooperativa : _____ Quais? _____

Para associar-se, Quais são os Requisitos? _____

Quais foram os principais motivos que induziram à formação da cooperativa? _____

Qual a Importância da Cooperativa para o Cooperado _____

A Cooperativa Consegue Produzir Renda Adicional para o Cooperado? _____

Como? _____ Quanto em média? _____

Como é o acesso ao crédito para o Cooperado () Fácil () Médio () Difícil

Como é o processo de concessão (quais os passos) ? _____

Consulta-se SPC () Serasa () Outro banco de dados ? Qual? _____

Qual o limite de crédito concedido ? _____

Quais as taxas de juros praticadas nos empréstimos ? _____

As taxas são iguais para todos os cooperados solicitantes de crédito ? _____

Como são definidas essas taxas ? _____

Como é tratada a inadimplência pela cooperativa _____

Quais desses serviços são oferecidos pela Cooperativa:

- () Conta Corrente
- () Conta Poupança
- () CDB
- () RDB
- () RDC
- () Cartão de Crédito
- () Talonário de Cheques
- () Cobrança de Títulos (Cobrança Direta ou Registrada)
- () Recebimentos de Títulos e Carnês
- () Arrecadação de tributos e tarifas públicas
- () *Home Banking*
- () *Remote Banking*
- () Outras Aplicações Financeiras _____
- () Outros Serviços _____

Quais as perspectivas da cooperativa ? _____

Tem apoio institucional / governamental ? De que Tipo ? _____

QUESTIONÁRIO - COOPERADOS

Nome da Cooperativa de que é sócio _____

Ano de Associação _____

Qual foi a sua motivação para a Associação ? _____

Houve Influência de Terceiros para a Associação ? Explicar _____

Como você define a Atuação da Cooperativa ? _____

Como você define a Atuação dos Cooperados ? _____

Para associar-se, quais foram às solicitações da Cooperativa ? _____

Qual a Importância da Cooperativa para o Cooperado ? _____

Você consegue obter renda adicional com a Cooperativa ? _____ Como ? _____

Você já fez empréstimos na cooperativa? _____ Quantas Vezes ? _____

Como é o acesso ao crédito para o Cooperado () Fácil () Médio () Difícil

Quais são os objetivos dos Empréstimos ? _____

Você julga mais fácil empréstimo na Cooperativa ou fora dela ? _____

Você sabe quais as taxas de juros praticadas pela Cooperativa ? _____

Você conhece todos os serviços oferecidos pela Cooperativa ? _____

Quais desses serviços você utiliza da Cooperativa:

- Conta Corrente
- Conta Poupança
- CDB
- RDB
- RDC
- Cartão de Crédito
- Talonário de Cheques
- Cobrança de Títulos (Cobrança Direta ou Registrada)
- Recebimentos de Títulos e Carnês
- Arrecadação de tributos e tarifas públicas
- Home Banking*
- Remote Banking*
- Outras Aplicações Financeiras _____

Outros Serviços _____

O que você sugeriria para melhorar os serviços da Cooperativa ? _____

Pretende continuar a se servir da Cooperativa ? Por que ? _____
